

Relatório da 3ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública

Prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG

I – Apresentação

No dia 8/10/2019, a Comissão de Segurança Pública recebeu o Cel. PM Giovanne Gomes da Silva, comandante-geral da PMMG; Wagner Pinto de Souza, chefe da PCMG; Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; e o Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do CBMMG, que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao segundo quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado – Assembleia Fiscaliza.

II – Presenças

- **Comissão de Segurança Pública:** deputados Sargento Rodrigues (presidente da comissão e da reunião), João Leite, Bartô (substituindo o deputado João Leite) e Bruno Engler (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo).
- **Demais presenças:** deputadas Celise Laviola, Marília Campos, Rosângela Reis, Beatriz Cerqueira, Andreia de Jesus, Leninha e Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, André Quintão, Luiz Humberto Carneiro, Duarte Bechir, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire, Tito Torres, Charles Santos, Zé Guilherme, Raul Belém, Professor Irineu, Coronel Henrique e Coronel Sandro.

✓ III – Discussões

1) POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS – PMMG

1.1) EXPOSIÇÃO

Inicialmente, o Cel. PM Giovanne Gomes da Silva, comandante-geral da PMMG, realizou a exposição referente ao art. 7º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019. Em sua explanação, tratou dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza, conforme detalhado a seguir.

a) **Letalidade e vitimização dos profissionais de segurança pública**

O Cel. PM Giovanne entregou, em mãos, planilha ao presidente da comissão contendo **dados sigilosos acerca da vitimização dos policiais militares** em decorrência do exercício de sua função, bem como relativos ao autoextermínio desses profissionais. Discorreu sobre algumas **ações destinadas ao enfrentamento desses problemas**, destacando: a criação do núcleo de prevenção à vitimização do policial militar; convênio com a Associação de Psiquiatria da América Latina – Apal; potencialização das ações de assistência médica, psicológica e social ao policial militar e família – Pró-Apoio; avaliação psicológica obrigatória no programa de saúde ocupacional da policial militar – PSOPM; programa de valorização da vida; ações realizadas durante o Setembro Amarelo, para prevenção ao suicídio; realização de curso tático móvel e credenciamento de fuzil, em todas as unidades de execução operacional; emprego das aeronaves do Comando de Aviação do Estado – Comave – para apoio em operações; apoio do Grupo Especial de Resposta Imediata – Geri – a militares ameaçados ou vítimas de criminalidade.

b) Gestão de pessoas

Na sequência, abordou o **quadro atual de pessoal da PMMG**, salientando os números: o previsto na Lei nº 22.415, de 2016 – “Lei de Efetivo” (51.669 cargos); o efetivo existente (39.596, sendo 38.130 ativos e mais 1.466 designados para o serviço ativo); e o déficit (12.073, relativo à diferença entre a Lei nº 22.415 e o efetivo existente, ou 13.539, relativo à diferença entre a “Lei de Efetivo” e os policiais militares da ativa). Apresentou também dados de retrospecto do efetivo da PMMG, de 2015 a 2019, com o número de evasões e inclusões, e seus respectivos déficits ou superávits (este existente apenas em 2016). Entre as **ações para a recomposição** do quadro atual, mencionou: **concursos** – CFO/2019, com 120 vagas, CFSD RMBH, com 690 vagas e início previsto para fevereiro de 2020, e CFSD Interior, com 870 vagas e início previsto para maio de 2020; e a **substituição de parte dos militares que atuam em atividades administrativas por servidores civis em cargos comissionados**, contemplando a liberação de 1.400 policiais militares para atividades operacionais no Estado – no entanto, ainda há necessidade de se aumentar a quantidade desses cargos por processo legislativo, e o projeto para tal encontra-se na Secretaria de Estado Planejamento e Gestão – Seplag.

c) Prevenção à violência doméstica

Quanto às **patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVDs** –, o Cel. PM Giovanne realçou a sua ampliação, estando o serviço hoje presente em 35 municípios e a meta de que ele chegue a todas as companhias independentes, num total de 87. Sublinhou que a **prevenção à violência doméstica foi elevada ao status de serviço essencial**, isso significando que o tema será incluído no treinamento policial básico no biênio 2020-2021, destinado a todos os policiais militares, e integra o catálogo de cursos da PMMG como curso de prevenção à violência doméstica e curso de multiplicador de prevenção à violência doméstica.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Incluir o tema prevenção à violência doméstica no treinamento policial básico no biênio 2020-2021, destinado a todos os policiais militares do Estado.

COMPROMISSO

d) Violência no campo

No tocante à segurança no campo, o comandante-geral da PMMG mencionou: o **programa Minas Segura**, cujo eixo 2 prevê foco no incremento de ações e operações de prevenção e repressão qualificada à criminalidade violenta no ambiente rural, inclusive fazendo uso das 625 novas viaturas da PMMG, mesmo que não exatamente nos modelos ideais para a área rural; **aquisição de viaturas**, sendo 231 modelo SUV 4x4, vinculada a proposta de convênio federal oriunda de emendas parlamentares federais de 2019 e hoje em análise na Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (valor de 27,7 milhões de reais e execução prevista para o segundo semestre de 2020); proposta de emenda para 2020 apresentada aos parlamentares federais no valor de 35,7 milhões de reais (para a aquisição de 112 viaturas SUV 4x4 para patrulha rural e 224 viaturas modelo SW e 112 motos 300 cc para outros serviços da PMMG, aquisição prevista para 2021 e entrega em 2022); **criação do Grupo Especializado em Monitoramento Ambiental – Gepam** –, após revisão do conceito operacional das patrulhas ambientais, ampliando o treinamento para incluir o patrulhamento ostensivo e preventivo nas estradas vicinais das áreas rurais, a fim de coibir as invasões de propriedades em locais estrategicamente definidos em todo o Estado com três policiais militares, viaturas tipo caminhonete 4X4 e armamento específico; **operação Safra Segura 2019**, com foco na prevenção e repressão a furto e roubo da produção e seus insumos agrícolas, seus resultados exitosos (comparativo entre janeiro e setembro de 2018 e 2019) e as diversas ações para sua operacionalização, incluindo a interação com a comunidade e a criação ou fortalecimento das Redes de Vizinhos Protegidos na área rural.

Compromissos do comandante-geral da PMMG

Adquirir viaturas, sendo 231 modelo SUV 4x4, vinculadas a proposta de convênio federal oriunda de emendas parlamentares federais de 2019 e hoje em análise na Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (valor de 27,7 milhões de reais e execução prevista para o segundo semestre de 2020).

Garantir a execução da proposta de emenda para 2020 apresentada aos parlamentares federais no valor de 35,7 milhões de reais (para a aquisição de 112 viaturas SUV 4x4 para patrulha rural e 224 viaturas modelo SW e 112 motos 300 cc para outros serviços da PMMG, aquisição prevista para 2021 e entrega em 2022).

COMPROMISSOS

RQN nº 3.538/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para incrementar a segurança no campo, por meio de ações do grupo especial de policiamento ambiental, de operações tanto de prevenção quanto de repressão à atuação das quadrilhas no ambiente rural, de patrulhamento ostensivo e preventivo nas estradas e de armamentos e viaturas adequados.

REQUERIMENTO

e) Patrulha unitária

Em relação a esse tema, o Cel. PM Giovanne discorreu acerca das **finalidades** da patrulha unitária, evidenciando a atuação preventiva, e dos **critérios** utilizados para seu emprego, destacando a vedação em áreas de risco e sua conjugação com outros recursos, inclusive apoio de outros policiais em casos de atuação repressiva. Apresentou, também, quadro com as **companhias onde há patrulha unitária**, detalhando quantidade, horários, ciclos de escala e locais de atuação.

RQN nº 3.540/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que o lançamento de escala de serviço em que um único policial militar é escalado para o policiamento a pé ou em viatura – patrulha unitária – seja feito em caráter excepcional e que, nesses casos, seja considerada, prioritariamente, a segurança do policial militar.

REQUERIMENTO

f) Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas – Rotam – e Batalhão de Operações Policiais Especiais – Bope – no interior do Estado

Em seguida, o comandante-geral da PMMG apresentou dados relativos a esse assunto, destacando os oito **municípios onde houve maior número de operações** e o **total, em 2018 e 2019: 294.**

g) Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd

Destaque dado: à atuação de apenas **policiais voluntários** no programa, sendo **credenciados 503**, e a capacidade máxima de cada um, **22 turmas por semestre**; e ao número de **atendimentos consolidado no primeiro semestre de 2019** – 84.278 pessoas (num cenário de 520 mil crianças como público-alvo), 1.334 escolas (num universo de 16.476) em 237 municípios mineiros. Em média, os **números anuais do Proerd** são: quase 200.000 crianças, adolescentes e pais atendidos, em cerca de 3.000 escolas, em 400 municípios.

h) Protocolo de atendimento a ocorrências de intolerância religiosa

Nesse tópico, o comandante-geral da PMMG mencionou **itens do manual técnico profissional**, os quais contêm diretrizes sobre como os policiais militares devem agir em **ocorrências que envolvam pessoas ou grupos que se caracterizam por religiosos**, e a **revisão, em curso, de certos protocolos**, com a existência de uma comissão designada para a elaboração de diretrizes de ações preventivas, inclusive contemplando **prevenção a atos de intolerância religiosa**.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Concluir os protocolos da PMMG, com diretrizes de ações preventivas, relacionados ao atendimento a ocorrências de intolerância religiosa, contemplando inclusive a prevenção a esses atos.

COMPROMISSO

i) Gestão de pessoas – jornada de trabalho

O Cel. PM Giovanne lembrou os **dispositivos legais que regem a jornada de trabalho dos policiais militares** e informou: haver um **controle individual da carga horária** desses servidores por meio do **sistema CAD-Escala**; serem **acrescidos 10 minutos** à escala do militar **para cada hora cumprida entre 23 horas e 5 horas**; ter sido esse assunto tratado em audiência pública nesta Casa em 11/9/2019. Enfatizou, inclusive, o respeito à legislação que regulamenta a jornada de trabalho semanal dos policiais militares, considerando-se até mesmo as particulares de demandas locais/regionais para o policiamento ostensivo.

RQN nº 3.542/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que se alinhem os entendimentos com os comandantes do interior, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 127, de 2013, que fixa a carga horária semanal de trabalho dos militares estaduais, de forma a contribuir com a diminuição da sobrecarga de trabalho e do adoecimento da tropa, vivenciados também pelo déficit de efetivo na instituição, para que não haja abusos nas escalas de trabalho e que elas não sejam utilizadas como formas de perseguição e de assédio moral; e, ainda, seja disponibilizado o mais breve possível o sistema de acompanhamento dessas escalas.

REQUERIMENTO

j) Gestão de pessoas – política de remuneração e promoção

Nesse tema, o comandante-geral da PMMG destacou tratar-se de **política de governo, não da corporação**, e mencionou as **negociações em curso** com o Executivo estadual **relacionadas à recomposição salarial**, apoiadas por parlamentares mineiros e entidades de classe, e, em decorrência de reunião em 7 de outubro, o **compromisso do Executivo estadual apresentar um projeto a ser encaminhado ao Legislativo contendo percentuais, datas e valores**. Sua apresentação pontuou, por um lado, a necessidade dessa recomposição e, por outro, a atual capacidade financeira do Estado; mencionou também a promoção prevista pelo Estatuto dos Militares, a “Lei de Efetivo” e questões atinentes à reforma da previdência.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Dar continuidade às negociações, hoje em curso com o Executivo estadual, relacionadas à recomposição salarial.

I) Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM

O Cel. PM Giovanne informou que os **repasses de R\$12 milhões por semana** vêm ocorrendo com regularidade conforme compromisso assumido pelo atual Governo, **totalizando R\$413,5 milhões em 2019**, e que **novos convênios** estão sendo estabelecidos, além do **restabelecimento de conveniados da rede credenciada** em todo o Estado.

m) Gestão de pessoas – ajuda de custo, diárias de viagem, férias-prêmio e diferenças de promoção

Em relação à **ajuda de custo**, o comandante-geral disse que os **repasses estão ocorrendo a cada semana ou a cada quinzena. No entanto, há dívidas já empenhadas**, no valor de mais de R\$10 milhões (pendências financeiras) e mais de R\$11 milhões (pendências orçamentárias), e graças ao atual remanejamento e otimização de recursos internos da PMMG e com a autorização da Seplag e da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, parte desses valores serão pagos. Quanto às **diárias de viagem**, elas estão sendo **pagas conforme a legislação em vigor, não havendo pendências** até 3/10/2019 e, após isso, há previsão de pagamento de mais R\$11 mil até 14/10/2019, isso demonstrando a política de valorização do servidor militar do Estado pelo comando-geral. No tocante a **férias-prêmio**, ainda que haja redução de 11,35% em relação ao valor de outubro de 2017, há **déficit de mais de R\$70 milhões, atingindo 1.213 servidores** que aguardam recebimento. Nesse quesito, a **quitação tem sido gradativa**, havendo previsão do acerto de R\$8 milhões na folha de outubro de 2019. Por fim, o Cel. PM Giovanni esclareceu que **não há mais atraso no pagamento retroativo das promoções**, sendo ele efetuado no mês seguinte à promoção.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Garantir a quitação gradativa das férias prêmio, que conta com um déficit atual de mais de R\$70 milhões, havendo previsão de acerto de R\$8 milhões na folha de outubro de 2019.

RQN nº 3.533/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para a regularização do pagamento de férias-prêmio aos profissionais da instituição, tendo em vista que ainda resta pendente o pagamento de R\$ 70 milhões.

RQN nº 3.541/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para regularização do pagamento de diárias de viagem aos profissionais da instituição, tendo em vista que ainda resta pendente o pagamento de R\$ 11 mil.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

n) Digitalização da rede de rádio

Trata-se de programa com custo elevado, e **recursos** foram obtidos mediante **convênio federal** por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – **Senasp** –, no valor de **R\$15,3milhões**, para a aquisição de equipamentos para as **5ª, 9ª e 10ª Regiões da PM** – RPM –, com **execução prevista** para o **primeiro semestre de 2020**. Há, ainda, **recurso de emenda parlamentar federal**, no valor de **R\$1 milhão**, para a digitalização da rede de rádio da **7ª RPM**, com **aquisição já iniciada**.

Compromissos do comandante-geral da PMMG

Adquirir equipamentos para as 5ª, 9ª e 10ª Regiões da PMMG, com execução prevista para o primeiro semestre de 2020 e recursos do convênio federal com a Senasp.

Fazer gestão para adquirir equipamentos para a digitalização da rede de rádio da 7ª RPM, com recurso de emenda parlamentar federal, no valor de R\$1 milhão.

COMPROMISSOS

RQN nº 3.537/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Ministério de Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que façam gestão junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e a outros órgãos, com vistas à captação de recursos para digitalização da rede de rádio utilizada pela PMMG.

REQUERIMENTO

o) Obras e reformas de unidades

O comandante-geral da PMMG apresentou algumas **reformas em estandes**, com valores e *status* de execução diversos, num total de cerca de **R\$3,3 milhões**, além da **reforma do 22º Batalhão**: unidade (intendência e alojamento de subtenentes e sargentos, valor de R\$143 mil), refeitório (valor de R\$50 mil, resultante de emenda parlamentar estadual) e sede da 124ª Companhia (valor de R\$41 mil, inauguração prevista ainda para 2019).

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Concluir a reforma do 22º Batalhão da PMMG.

COMPROMISSO

p) Frota, equipamentos e armamentos

Para **2019**, o Cel. PM Giovanni citou **recursos**: da ordem de R\$3,2 milhões, oriundos de convênios diversos e Termos de Ajustamento de Conduta – TACs –, para a **aquisição** de viaturas SW e espingardas; resultantes de doação da empresa Vale S.A., para a aquisição de viaturas SW e caminhonetes; todos **em fase de aquisição e entrega final**. Mencionou também **recursos**: vindos de emendas parlamentares estaduais, num total de R\$3,8 milhões, destinados à **aquisição** de viaturas SW e caminhonetes, motos, bases de segurança comunitária, coletes balísticos e itens de digitalização da rede de rádio, **em fase de licitação**; e a captação, por meio do fundo especial do Ministério Público, de R\$4,2 milhões, para a aquisição de viaturas, motocicletas Rotam, equipamentos diversos e manutenção de aeronaves. Além disso, disse da **distribuição e**

redistribuição, até setembro, de 93 **armas de alta energia**, calibres 762 e 556, e da previsão de recebimento de 400 dessas armas, calibre 762, para distribuição, até o fim do ano, em 155 frações PM localizadas nas divisas do Estado e Unidades Especializadas e de Recobrimento.

Para **2020**, ele explicou a destinação de **recursos** resultantes de **emendas parlamentares federais individuais**: R\$8,4 milhões, para a **aquisição** de viaturas SW e caminhonetes 4x4, motos 300cc e 600cc, carabinas calibre 556, pistolas de emissão de impulso elétrico – PEIEs –, coletes balísticos, *tablets* e rádios transceptores – HTS –, com execução prevista para o **primeiro semestre**; e, com execução prevista para o **segundo semestre**, no valor de R\$5,9 milhões, para a **aquisição** de viaturas SW, caminhonetes 4x4, motos 300cc, PEIEs, coletes balísticos e espingardas calibre 12.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Garantir a execução dos recursos e das aquisições previstas para 2019 e 2020, conforme apresentados.

[RQN nº 3.559/2019](#) (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre a renovação da frota da instituição, especificamente sobre a previsão de entrega de 40 viaturas no mês de novembro de 2019 pela Empresa Vale S.A.

[RQN nº 3.554/2019](#) (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre a entrega de equipamentos de proteção individual aos profissionais da instituição, especificamente sobre a entrega de sete mil coletes à prova de balas.

COMPROMISSO

REQUERIMENTOS

O comandante-geral também esclareceu que a **PMMG é a única no país autorizada a produzir coletes balísticos**, com **previsão de produção anual de 7.000 unidades**, aumento do nível de **proteção** (inovação introduzida pela corporação) e **redução de cerca de 40% no custo de aquisição desses equipamentos**. A demanda atual é de 1.989 unidades, cujo custo unitário é R\$6,4 mil, sendo necessário investimento de R\$12,8 milhões, porém ainda sem a previsão de captação.

q) Resultados

Ao final de sua apresentação, o Cel. PM Giovanni mostrou alguns **resultados da atuação integrada das forças de segurança no Estado, de janeiro a agosto de 2019**: números absolutos da PMMG relativos a atendimentos de emergência, operações, veículos e pessoas abordadas, veículos recuperados, armas apreendidas, ocorrências registradas, ocorrências de tráfico e uso de drogas registradas, prisões e apreensões e prisões e apreensões de autores de crimes violentos; como resultado de **ações integradas** e em comparação com o mesmo período de 2018, percentual de redução em ataques a instituições financeiras, crimes violentos, homicídios, roubos de veículos, roubos consumados, estupros consumados e furtos consumados. Em um **retrospecto comparativo com os anos 2010 a 2018**: os **números absolutos da taxa de crimes violentos** (queda verificada a partir do pico em 2016, com previsão de redução de cerca de 25% em 2019 na comparação com 2018); os **números absolutos da taxa de homicídios consumados** (queda significativa verificada a partir de 2017 e projeção de redução de cerca de 15% na comparação com 2018). Em **retrospecto comparativo mês a mês, de janeiro a outubro, de 2017 a 2019, dados relativos a ataques a instituições financeiras no Estado**, com queda em todos os períodos de 2019 nenhum registro de agosto a outubro deste ano.

2.2) DISCUSSÕES

Após a exposição inicial do comandante-geral da PMMG, tratando dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza relativamente ao segundo quadrimestre de 2019, as deputadas e deputados presentes fizeram, um a um, suas considerações, as quais se encontram relatadas a seguir.

a) Gestão de pessoas – *deficit* de efetivo

Os parlamentares manifestaram sua maior preocupação, com o efetivo, cujo déficit já é alto e, supõe-se, aumentará com a reforma da previdência prevista, isso implicando sobrecarga ainda

maior dos que continuarão em atividade. Além disso, mencionaram a lei de responsabilidade fiscal e a possível adesão de Minas Gerais ao regime de recuperação fiscal como também prejudiciais a esse quadro. Assim sendo, questionaram sobre as ações pensadas, especialmente sobre a previsão de realização de concursos, pois as iniciativas apresentadas na exposição do comandante-geral não sinalizam ser suficientes para enfrentar a carência de recursos humanos da corporação, presente e futura. O Cel. PM Giovanni esclareceu que essa defasagem no efetivo do órgão vem de anos e a política tem sido no sentido de buscar a recomposição, apenas. Comentou acerca de reunião no dia anterior com o titular da Seplag, Otto Levy, na qual discutiu-se a defasagem atual – 16.000 policias militares – e a situação orçamentária do Estado, também deficitária. Reafirmou seu empenho nesse quesito bem como o diálogo sincero com o Executivo e a sensibilidade do governador para enfrentar o problema e esclareceu ser necessária uma regra de transição para que a reforma da previdência não resulte na evasão imediata de mais de 4.000 policiais militares, informando que isso está sendo discutido em Brasília.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Fazer gestão junto ao governador e à Seplag para recomposição do efetivo da PMMG.

RQC nº 5.155/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Realização de visita ao governador do Estado para debater a recomposição do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

RQC nº 5.155/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Realização de visita ao governador do Estado para debater a recomposição do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

RQN nº 3522/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo da PMMG, em face do grave déficit na instituição e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

COMPROMISSO**REQUERIMENTOS**

RQN nº 3.550/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre a previsão de aposentadorias de policias militares do Estado tendo em vista a reforma da previdência, nos termos do Projeto de Lei Federal nº 1.645/2019, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, bem como sobre as ações que estão sendo planejadas pela PMMG diante dessa perspectiva, considerando-se um detalhamento acerca de possível regra de transição, o já deficitário quadro atual de seu efetivo e a perspectiva de o Estado concretizar sua adesão ao regime de recuperação fiscal.

b) Políticas e atuação da PMMG destinadas ao enfrentamento de crimes específicos

Os parlamentares reconheceram as iniciativas da Polícia Militar destinadas à temática da prevenção à **violência doméstica contra as mulheres**, em especial o fato de ter sido alçada ao *status* de serviço essencial e o trabalho das PPVDs, cuja atuação coloca Minas Gerais à frente de outros estados por essa estratégia exitosa. Porém, lamentaram o fato de Minas Gerais figurar nos meios de comunicação como líder no número de feminicídios no País e o baixo número de municípios onde as PPVDs estão presentes. Ponderaram sobre os recursos financeiros necessários para a capacitação de todos os policiais militares nesse tema – como dito, agora essencial – e sobre a possibilidade de serem viabilizados por meio de emendas aos projetos de lei que dispõem sobre o planejamento e o orçamento do Estado, sendo, porém, preciso assegurar que haverá execução. Outra ponderação foi acerca do prazo para essa capacitação e do tempo para que o resultado chegue na linha de ponta. E, mesmo em face das limitações de efetivo, reiteraram, como no primeiro quadrimestre do Assembleia Fiscaliza, a expansão das PPVDs, para que estejam presentes em todos os municípios mineiros ou, pelo menos, naqueles com mais de 30 mil habitantes, priorizando regiões onde os índices de mulheres em situação de violência doméstica sejam mais altos e/ou onde haja menor presença da PMMG, a exemplo de Aimorés, Mantena e Norte de Minas. Além disso, os parlamentares frisaram a necessidade de políticas de amparo a esse segmento e, além de efetivo, de viaturas, equipamentos e da repressão qualificada a esses crimes, de modo a se enfrentar o crescimento do ciclo de violência. Questionou, ainda, sobre dados relativos ao feminicídio e sobre a existência de políticas públicas integradas relacionadas ao tema. O Cel. PM Giovanni retomou informações já prestadas acerca da expansão da política de prevenção à violência doméstica contra a mulher, dizendo do plano de que ela esteja presente nos

87 batalhões e companhias independentes da PMMG por meio da formação dos policiais. Reafirmou que a prevenção à violência doméstica constitui grande desafio, e que os comandantes das unidades têm que prestar esse serviço, dado ele ser, agora, essencial. No entanto, lembrou, é necessário treinar o efetivo, conforme a previsão apresentada de treinamento básico no biênio 2020-2021, destinado a todos os policiais militares. Mencionou, como mais uma ação dessa política, o centro integrado de coordenação e controle da PMMG, que atua no monitoramento de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva, assinalando tratar-se de protocolo inovador e sugerindo evento ou oportunidade para apresentá-lo aos parlamentares. Asseverou acompanhar de perto os dados relativos ao feminicídio, considerando tratar-se de um desafio e ser necessário um enfrentamento desse quadro conjuntamente com outras instâncias, nesse sentido assegurando que a atuação das PPVDs e a eficácia de seu protocolo têm reduzido significativamente os casos de reincidência.

Compromissos do comandante-geral da PMMG

Treinar o efetivo em prevenção à violência doméstica no biênio 2020-2021.

Apresentar a central de monitoramento da PMMG de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva e seu protocolo.

Analisar a possibilidade de priorizar a criação de PPVDs em Aimorés, Mantena e Norte do Estado.

RQN nº 3.548/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre a previsão de ampliação do número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, bem como sobre a previsão de capacitação dessa temática nos cursos de treinamento dos profissionais de segurança pública, uma vez que esse serviço tornou-se essencial, sendo, portanto, obrigatória sua oferta a todos os batalhões e companhias da instituição.

RQN nº 3.469/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que sejam ampliadas as patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual ou acima de 30.000 habitantes.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

RQN nº 3.449/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre a previsão de aumento do número de patrulhas de prevenção à violência doméstica – PPVDs – da PMMG no Estado, de modo a estarem presentes, pelo menos, nos municípios mineiros com população igual a 30.000 habitantes ou superior a esse número, e sobre o cronograma para essa ampliação.

RQC nº 5.140/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Realização de audiência pública, para a qual sejam convidados a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e o comandante-geral da PMMG, entre outros, para debater o protocolo de monitoramento, por parte da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, de homens com uso de tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha).

RQC nº 5.151/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Realização de audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da política de segurança pública.

RQC nº 5.135/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater o protocolo de monitoramento da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre homens usando tornozeleira eletrônica como medida protetiva, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha).

RQC nº 5.132/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a prevenção à violência doméstica e familiar sob a ótica da política de segurança pública.

RQN nº 3.463/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Pedido de providências à Secretária de Estado de Educação – SEE – para a criação de grupo de trabalho para desenvolver ações de prevenção e de enfrentamento das violências e do feminicídio.

Questionado sobre as violências cometidas contra religiões de matriz africana e os dados relativos aos **crimes de intolerância religiosa**, haja vista que alguns parlamentares têm recebido denúncias sobre a negativa para o registro de algumas dessas ocorrências e o crescimento delas em função do crescente ódio, estimulado como modo de se fazer política, o comandante-geral da PMMG disse que contatará gabinetes para obter mais informações sobre as denúncias mencionadas, comprometendo-se a fazer um memorando a respeito. Informou, também, não ter dados sobre tais crimes, porém comprometeu-se a encaminhá-los o mais breve possível.

Compromissos do comandante-geral da PMMG

Obter com o gabinete da deputada Leninha mais informações relativas à questão das violências por intolerância religiosa para elaborar memorando a respeito.

Encaminhar, assim que possível, os dados sobre os crimes de intolerância religiosa.

COMPROMISSOS

RQN nº 3.556/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre os resultados do trabalho desenvolvido por comissão instituída no âmbito da PMMG para revisar o protocolo técnico de atuação da instituição nos casos de intolerância religiosa.

RQN nº 3.593/2019 (Comissão de Direitos Humanos)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre o registro da prática de intolerância religiosa no Estado, consubstanciadas nos dados oficiais em posse da PMMG, com todo o detalhamento disponível, no período de 2014 a 2019, discriminados ano a ano.

REQUERIMENTO

Outro tema enfatizado foi a necessidade de políticas específicas de **enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes** na região do Jequitinhonha e Mucuri cortada pela Rodovia Régis Bittencourt – BR 116. O Cel. PM Giovanni informou haver um protocolo para a abordagem desse tipo de delito, lamentando sua existência nas margens das rodovias. Comprometeu-se a contatar os parlamentares para obter mais informações sobre casos concretos, na BR 116, a fim de analisar a possibilidade de ampliar o policiamento na região, em ação integrada com a PCMG.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Obter com o gabinete do deputado Doutor Jean Freire mais informações sobre casos concretos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Jequitinhonha e Mucuri cortada pela Rodovia Régis Bittencourt – BR 116.

RQN nº 3.535/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para que seja planejado e executado, em caráter prioritário, plano de ação específico visando enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Jequitinhonha e do Mucuri cortada pela Rodovia Régis Bittencourt – BR 116.

COMPROMISSO

REQUERIMENTOS

RQN nº 3.569/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre as ações que vêm sendo realizadas, especificamente no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, na região do Jequitinhonha e do Mucuri cortada pela Rodovia Régis Bittencourt – BR 116.

Mais um assunto abordado foi se existem protocolos relativos à **violência no ambiente escolar**, considerados necessários haja vista que professores têm sido vitimizados. O Cel. PM Giovanni asseverou serem casos isolados e que a discussão hoje em curso acerca da presença da PMMG no ambiente escolar está focada na construção de um protocolo apenas para a atuação preventiva. Ressaltou, ainda, o êxito das patrulhas escolares e do Proerd.

RQN nº 3.539/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para realizar o chamamento voluntário de policiais militares veteranos para atuação no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd –, de forma a possibilitar a ampliação do programa a todas as escolas do Estado.

RQN nº 3.586/2019 (Comissão de Direitos Humanos)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre o que está sendo concebido acerca da presença de policiais militares no ambiente escolar, consubstanciadas em protocolo de atuação, preventiva ou não, em concepção ou já concluído, bem como no detalhamento sobre o modelo atualmente em discussão com a Secretaria de Estado de Educação, dentro da perspectiva de escolas cívico-militares.

c) Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais

A retomada e a atuação da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais foi matéria suscitada por vários parlamentares. Questionou-se sobre a relevância dada a ela pela PMMG e sobre o protocolo da corporação para ações relacionadas à reintegração de posse, na perspectiva de que nem sempre se trata de crime e da necessidade de uma interpretação ampla da legislação. Argumentou-se, nesse sentido, que a mediação de conflitos territoriais urbanos e rurais é fundamental como política pública do Estado, em particular num período de aprofundamento das questões sociais e intolerâncias, como o atual. Houve, também, críticas à Mesa de

Diálogo, ao ser considerada estratégia do governo anterior para retardar e procrastinar o cumprimento das ações judiciais. O comandante-geral da PMMG esclareceu ser necessário atender a todos os interesses, não sendo possível evitar o cumprimento de decisão judicial. Mencionou a atuação da corporação em casos de esbulho possessório evidente, com lavratura do respectivo Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO –, iniciativa que tem reduzido o número de invasões e assegurado o direito à propriedade, esclarecendo que a PMMG deve proteger a atuação do oficial de justiça e viabilizar as desocupações de forma pacífica. Falou de sua preocupação com o aumento da população em situação de rua e reafirmou que a corporação sempre trabalha e aposta no diálogo e na mediação, sendo equilíbrio a palavra-chave. Informou, ainda, haver um protocolo o qual foi bastante discutido, passa por revisões e é exemplar, prevendo como a corporação deve proceder ao receber a notificação do Poder Judiciário solicitando a força policial, aí incluídas reuniões com prefeituras e ocupantes, até se esgotarem todas as possibilidades de negociação e saída pacífica para evitar o uso da força. Vencida essa fase, continuou ele, é que se passa à execução da decisão de reintegração de posse e para o acionamento do protocolo de uso progressivo da força, que só é utilizado em casos excepcionais.

RQN nº 3.552/2019 (Comissão de Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – consubstanciadas em cópia do protocolo de atuação da PMMG nos casos de reintegração de posse no Estado.

RQN nº 3590/2019 (Comissão de Direitos Humanos)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que sejam sempre privilegiadas a mediação, a negociação e a solução pacífica de conflitos nas ações relacionadas à reintegração de posse, em áreas urbanas e rurais, com outros órgãos e a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais.

RQN nº 3600/2019 (Comissão de Direitos Humanos)

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre os procedimentos previstos para a ação da PMMG em casos de reintegração de posse de propriedades urbanas ou rurais, consubstanciadas nos protocolos utilizados pelo órgão, desde o que prevê negociações preliminares até o que prevê o uso progressivo da força.

REQUERIMENTOS

d) Gestão de pessoas – saúde do policial militar

Três principais assuntos foram abordados pelos parlamentares nessa temática: casos de **autoextermínio e problemas psicológicos e emocionais**, atendimento na rede do IPSM e exames preventivos de câncer. Quanto ao primeiro, perguntou-se sobre as ações práticas de acompanhamento dos familiares, nos casos de autoextermínio e também de depressão, e a atuação da capelania militar, para além dos tratamentos médicos e psiquiátricos, reputados fundamentais, além da solicitação dos dados sobre sofrimento mental e autoextermínio de policiais militares. O Cel. PM Giovanni fez referência aos debates da audiência pública sobre o tema, realizada recentemente pela Comissão de Segurança Pública da ALMG, avaliando ser uma questão de saúde pública que afeta toda a sociedade, e os policiais não constituem uma exceção. Mencionou as ações contidas em sua apresentação destinadas ao enfrentamento desses problemas, destacando o núcleo de prevenção à vitimização do policial militar. Em relação à capelania militar, ressaltou a necessidade de se respeitar o estado laico. Nesse sentido, informou que a PMMG tem previsão de até três capelães e, após a recente morte do capelão militar, conta, hoje, com capelania voluntária, incluindo padres, pastores e médiuns. Considerou, ainda, ser muito importante o apoio religioso aos policiais. Esclareceu que os dados sobre sofrimento psicológico e autoextermínio de policiais militares são sigilosos a fim de preservar a família e o próprio policial, tendo sido entregues ao presidente da Comissão de Segurança Pública no início desta reunião, podendo, também, ser repassados para outros parlamentares.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Repassar os dados sobre sofrimento psicológico e autoextermínio de policiais militares, já entregues ao presidente da Comissão de Segurança Pública, a outros parlamentares, uma vez que são dados sigilosos a fim de preservar a família e o próprio policial.

RQN nº 3.524/2019 (Comissão de Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para a implementação de um núcleo de apoio aos militares e familiares, inclusive aos veteranos, e de outras ações de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública.

**COMPROMISSO
REQUERIMENTO**

Em relação ao **atendimento na rede do IPSM**, o limite de consultas anuais na rede foi questionado, tendo em vista o previsto na cartilha dos usuários – seis no total – e mesmo se consideradas as exceções ali previstas, a exemplo dos casos de tratamento oncológico. Indagou-se se há previsão de aumento desse número e também se há a possibilidade de ampliação dos atendimentos psicológicos e psiquiátricos por profissionais e clínicas fora da rede, a fim de evitar o constrangimento daqueles que buscam esse tipo de assistência. Outro ponto abordado foi a ausência ou escassez de convênios médicos no interior do Estado. O comandante-geral da PMMG explicou a diferença entre os atendimentos prestados pela rede orgânica e núcleos de assistência integral à saúde, ou mini-hospitais, e a rede credenciada. Informou que o limite foi estabelecido em 1996, e que é de seis consultas ao ano, sim, porém podendo ser transformados em 12, pois retornos dentro de 30 dias não contam, sendo essa limitação uma questão de viabilidade e sobrevivência do sistema. Afirmou, também, não ter recebido reclamações quanto a esse limite, nem relatos de que policiais militares tenham sido privados de atendimento por esse motivo. Quanto ao atendimento da rede aos servidores da PMMG no interior do Estado, afirmou ter havido melhoras depois do acerto das dívidas com os fornecedores, após atrasos de até 8 meses nos repasses no governo anterior, isso implicando, inclusive, no fechamento de diversas clínicas. Porém, reconheceu haver entraves devido à necessidade de se contratarem apenas pessoas jurídicas com certidão negativa, ao que se comentou, pontualmente, que a “pejotização” de médicos pode vir a ser uma alternativa e contribuir para melhorar o quadro.

RQN nº 3.536/2019 (Comissão de Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que seja avaliada a viabilidade de ampliar o atendimento para policiais militares em casos de assistência psicológica e psiquiátrica, especialmente fora da rede orgânica do Instituto de Previdência dos Servidores Militares, possibilitando-lhes um maior número de consultas por ano, tendo em vista os altos índices de transtornos emocionais e de autoextermínio entre esses servidores da segurança pública.

REQUERIMENTO

No tocante aos **exames preventivos de câncer**, a partir de crítica pontual ao governo Pimentel pela falta de repasses ao IPSM e a alteração feita pelo governo Dilma relativa à diminuição da faixa etária para a realização de mamografias, mencionou-se o aumento dos casos de câncer de mama. Nesse sentido, o Cel. PM Giovanni disse que a política é de incentivo às policiais militares para realizarem os exames de prevenção, nas atividades do Outubro Rosa, bem como aos policiais

masculinos, para a prevenção ao câncer de próstata, nas atividades do Novembro Azul.

e) Outros temas

Alguns questionamentos mais pontuais foram apresentados pelos parlamentares para o comandante-geral da PMMG. Um deles fez referência à recente mudança federal relacionada à **posse de armas**, e indagou-se se há algum trabalho realizado pelas patrulhas rurais a fim de preparar as pessoas para o uso dessas armas. O Cel. PM Giovanni informou que a instituição está estudando como lidar com essas mudanças e citou iniciativas bem sucedidas na área urbana, como a rede de vizinhos, com o envolvimento da comunidade, o que pode ser uma boa ideia para se adotar no interior do Estado, com um aprimorando desse mecanismo de rede.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Realizar estudo sobre como lidar com as mudanças relativas à posse de armas, em especial na área rural, inclusive a partir de iniciativas bem-sucedidas na área urbana, como a rede de vizinhos, mediante aprimoramento desse mecanismo de rede.

COMPROMISSO

Os **Colégios Tiradentes** foram citados, tendo sido destacados alguns de seus atributos – 30 colégios, 24 mil alunos, sem processo seletivo – e ressaltado que os policiais militares não são professores nem entram nas salas de aula. E, em face da adesão do Estado às escolas cívico-militares, indagou-se sobre a importância do Colégio Tiradentes transferir sua *expertise* para outros estabelecimentos de ensino mineiros. O comandante-geral da PMMG informou que esse modelo está sendo discutido com a Secretaria de Estado de Educação – SEE –, afirmando que não haverá interferência na gestão da escola tampouco em sala de aula e que a atuação dos militares ocorrerá quando houver algum problema com alunos – aí a PMMG irá até a casa do aluno para conversar, tentar solucionar conflitos e restabelecer a ordem familiar, a partir do cumprimento de um protocolo previamente definido.

A precariedade de várias unidades e as dívidas, por vezes custeadas pelos moradores, do **Residencial das Américas**, utilizado no âmbito do programa Lares Geraes, também foi tema de

questionamento: perguntou-se há um plano para ocupar ou redestinar esses apartamentos. O Cel. PM Giovanni esclareceu sobre a criação e finalidade do residencial e do Lares Geraes e disse estarem cientes do problema. Porém, afirmou tratar-se de matéria sob gestão da Sejusp, por também abranger a proteção de policias civis e agentes penitenciários, e disse acreditar que, em momento oportuno e dada a condição orçamentária, o governo conseguirá solucionar essa questão, dada a relevância do tema. Outro assunto cuja competência foi apontada pelo comandante-geral como sendo da Sejusp é a **situação do sistema prisional**. E sobre o chamado **acesso único à carreira de policial militar**, objeto de debates que vêm acontecendo nesta Casa acerca de proposta de emenda constitucional com essa finalidade, o Cel. PM Giovanni disse ainda não ter opinião formada a respeito, mas se dispôs a continuar o debate sobre o tema.

Compromisso do comandante-geral da PMMG

Dar continuidade aos debates sobre a possibilidade de se implementar, por meio de PEC, o chamado “acesso único” à carreira de militar no Estado.

COMPROMISSO

Além desses assuntos, surgiram: questionamentos sobre o porquê da não execução, neste ano, de algumas **emendas feitas ao planejamento e ao orçamento do Estado** no ano passado, e apoio foi solicitado ao comandante-geral para que sejam implementadas; manifestação sobre os efeitos de uma **possível adesão do Estado ao regime de recuperação fiscal** e seu impacto prejudicial na situação do IPSM e na recomposição dos recursos humanos e na manutenção de equipamentos e infraestrutura tanto da PMMG quanto da PCMG, a que o Cel. PM Giovanni comentou haver previsão de reposição do quadro de recursos humanos tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto no regime de recuperação fiscal nas áreas da saúde, educação e segurança pública, mas não a cobertura do déficit – hoje em cerca de 16 mil só na PMMG; **elogios** aos números apresentados, os quais demonstram a eficácia da atuação das forças policiais, bem como aos posicionamentos do Cel. PM Giovanni, considerados equilibrados e sensatos.

2) POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS – PCMG

2.1) EXPOSIÇÃO

Inicialmente, Wagner Pinto de Souza, chefe da PCMG, realizou a exposição referente ao art. 7º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019. Em sua explanação, tratou dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza, conforme detalhado a seguir.

a) Gestão de pessoas

O chefe da PCMG apresentou **números absolutos e percentuais relativos ao quadro de efetivo das carreiras policiais (delegado, médico legista, perito criminal, investigador de polícia e escrivão de polícia)**, destacando, conforme previsão da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013 – Lei Orgânica da PCMG: **cargos ocupados e vagos, nomeações e vacâncias em 2019 e déficits**. Este, no total atual dessas carreiras, é de **40,8%**, com maior peso do déficit de delegados (44,1% - 860), investigadores (40% - 4.396) e peritos criminais (32% - 276). Exibiu também a mesma categoria de **dados relativos ao quadro de efetivo das carreiras administrativas (analista, técnico assistente e auxiliar)**, exceto nomeações em 2019. O **déficit atual total**, nessas carreiras, é da ordem de **27%**, concentrado apenas em analista (34% - 148) e técnico assistente (25,9% - 259). Mencionou, ainda, os concursos em andamento: 79 delegados de polícia em formação, com designação prevista para 18/10/2019; 387 investigadores de polícia em formação, com designação prevista para novembro de 2019; e 119 escrivães de polícia em formação, com início do curso em 8/10/2019.

b) Operações

Em seguida, o chefe da PCMG informou terem sido realizadas **411 operações policiais no período de 1º de maio até 31 de agosto de 2019**, isso significando um **aumento na comparação com o**

primeiro quadrimestre do ano de 6,8%. Quanto à atuação da PCMG em Brumadinho, **251 pessoas foram identificadas, do total de 270 desaparecidos (ou seja, 93%)** em decorrência do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão.

c) Produtividade

Wagner Pinto de Souza trouxe também dados relativos aos procedimentos policiais, **de maio a agosto de 2019: 122.102 procedimentos instaurados e 109.369 procedimentos concluídos** e, quanto aos últimos, apontou um aumento de 5% na comparação com o primeiro quadrimestre deste ano. Em relação aos inquéritos concluídos, detalhou **comparação entre os dois primeiros quadrimestres deste ano** no tocante a: **inquéritos de crimes violentos – ICV – 7 (aumento de 9,02%), homicídios (aumento de 9,1%) e roubos (aumento de 1,7%)**. A mesma comparação temporal foi feita em relação aos **inquéritos de homicídio concluídos com indiciamento**, demonstrando **aumento de 0,82%** no segundo quadrimestre deste ano e pontuando, ainda, que **32% foram concluídos sem indiciamento**. Na sequência, o chefe da PCMG falou dos números relativos ao **feminicídio, de abril a agosto de 2019: houve 69 casos de feminicídio tentado**, dos quais **42% ainda têm inquéritos em andamento e 58% tiveram seus inquéritos concluídos com indiciamento**; e houve **41 casos de feminicídio consumado**, dos quais **44% ainda têm inquéritos em andamento e 66% tiveram seus inquéritos concluídos com indiciamento**. Quanto aos **procedimentos não investigativos, entre maio e agosto de 2019**, mostrou dados relacionados a **carteira de identidade (total de 445.493), carteira nacional de habilitação (total de 594.155) e licenciamentos de veículos (total de 4.152.975)**.

Abordou, ainda, **o atendimento aos policiais civis e familiares**, mencionando alguns **serviços prestados pela diretoria de recurso humanos da PCMG** (atendimento psicoterápico individual, atendimento psicossocial de crise, acompanhamento social, visitas hospitalares, apoio psicossocial aos servidores em licença para tratamento de saúde, preparação para aposentadoria e apoio espiritual), o **número atendimentos de psicologia aos policiais civis e familiares (2.178)**, além da criação, por meio da Resolução nº 8.109, de 20/8/2019, de **grupo de trabalho para realização de estudos e apresentação de diagnóstico relacionado ao índice de suicídio e doenças ocupacionais**

acometidas aos servidores da PCMG. Outro ponto abordado nesse item foi o **monitoramento parcial da presença da PCMG nos meios de comunicação, no mês de agosto, com 39 inserções negativas e 410 inserções positivas.**

RQN nº 3.529/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para implementação de políticas de prevenção e de atendimento de transtornos emocionais e de autoextermínio de servidores da instituição, tendo em vista o aumento desses índices entre os profissionais da segurança pública.

REQUERIMENTOS

d) Frota

O chefe da PCMG anunciou a entrega de **207 viaturas adquiridas com recursos oriundos de emendas parlamentares, tanto estaduais quanto de bancada, além de outras doadas pela Senasp**, detalhando tipos e características desses veículos.

e) Capacitação

Wagner Pinto de Souza trouxe dados de **diversos cursos, e o respectivo número de capacitações:** básico de ações policiais Deoesp (22); colaboradores da UAI (72); identificadores *ad hoc* (27); operador de aeronave remotamente pilotada (56); análise de vínculos financeiros e telefônicos (95); aprimoramento e capacitação continuada de operador de pistola e fuzil interior (65); aprimoramento e capacitação continuada de operador de pistola na capital (23); metodologia da investigação criminal com foco no uso de ferramentas adequadas (em parceria com a polícia da França – 35); táticas na ação policial – TAP – e tomada de imóvel (78); seminário de atualização em perícia criminal oficial 2019 (81); num **total de 554**. Mostrou, também, informações sobre **cursos a distância:** contrainteligência na atividade policial (1.645); abordagem multidisciplinar no atendimento a crianças e adolescentes (1.004); investigação policial de combate ao narcotráfico (1.649); direitos humanos e TAP (1.044); investigação de homicídios (1.450); coleta, armazenamento e envio de material biológico (454); aperfeiçoamento policial (353); e preparação para chefia policial (278); num **total de 7.877 aperfeiçoamentos e capacitações.**

f) Projetos de acompanhamento especial

Nesse item, foi abordada a **implantação do plantão digital na PCMG**, que consiste em implantar sistema de videoconferência na capital e unidades policiais do interior para potencializar o atendimento das ocorrências de plantão em todo o Estado. Considerada ação prioritária do Consórcio de Integração Sul e Sudeste – Cosud –, no que tange à segurança pública e como proposta de Minas Gerais, seu **status** é: definição da solução tecnológica para implantação do projeto-piloto, preparação dos procedimentos operacionais padrões a serem implantados nesse projeto-piloto e previsão a implementação desse projeto em fevereiro de 2020, além da existência de projeto em tramitação na ALMG (Projeto de Lei nº 802/2019).

Outro projeto é o **abastecimento do banco nacional de perfis genéticos de DNA**, com a finalidade de aumentar o número de perfis genéticos de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos e, com isso, auxiliar na apuração criminal e/ou na instrução processual, aumentando a taxa de resolução de crimes, diminuindo a sua reincidência e evitando a condenação injusta de pessoas. Segundo Wagner Pinto de Souza, **2.127 amostras já foram inseridas pela PCMG de 2014 a 2019 e a meta, para 2019, é ter 2.400 novos perfis genéticos de condenados cadastrados**, sendo que, até 28/5/2019: 1080 já haviam sido inseridos; 1.544 amostras haviam sido coletadas e aproximadamente 500 foram analisadas e atualmente em fase de conferência e inserção no banco.

O terceiro projeto abordado foi o de modernização da identificação humana para fins civis e criminais, o qual visa à **implantação do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica – Abis** –, para identificação em larga escala, usando reconhecimento de impressões digitais, face e íris. Conforme esclareceu o chefe da PCMG, o Abis será configurado para aplicações civis ou criminais, objetivando trazer modernidade para a organização e análise de dados, bem como otimizar os processos de emissão da carteira de identidade e a certificação de pessoas. O **status** desse projeto é: termo de referência aprovado tecnicamente pelas áreas competentes da PCMG; audiência de chamamento público para solicitação de orçamento; e exposição do termo de referência em audiência pública.

Compromissos do chefe da PCMG

Implementar projeto-piloto do plantão digital até fevereiro de 2020.

Cadastrar 2.400 novos perfis genéticos de condenados até o fim de 2019 no Banco Nacional de Perfis Genéticos.

Implantar o Sistema Automatizado de Identificação Biométrica – Abis.

RQN nº 3.528/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre a implantação do banco nacional de perfis genéticos e DNA, prevista para 2019, com 2.400 novas inserções de condenados, e a modernização do sistema de identificação humana, bem como sobre seus resultados.

RQN nº 3.530/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre o "status" das negociações com a empresa Vale S.A. acerca da aquisição e implantação do sistema automatizado de identificação biométrica – Abis.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

g) Outras ações

Três propostas complementares de **monitoramento patrimonial** a serem implantadas nas unidades policiais, em substituição às equipes que ficam à disposição em horários noturnos, finais de semana e feriados, foram apresentadas por Wagner Pinto de Souza: circuito fechado de TV, barreiras físicas e vigilância patrimonial humana. A situação atual dessas propostas é a seguinte: elaboração do termo de referência concluída, em fase de orçamentação e previsão de implementação do projeto-piloto no Departamento Estadual de Combate a Fraudes em fevereiro de 2020. No tocante à **Delegacia Especializada em Investigação e Repressão a Crimes Rurais – Deicra** –, vinculada ao Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Patrimônio – Depatri –, o chefe da PCMG esclareceu que ela, ainda que sediada na capital, atua em todo o Estado, em diversas ocorrências, e em 2019 realizou mais de 30 operações, as quais resultaram em apreensões de armas, veículos furtados e prisões de ladrões de gado. Outro tópico abordado foi o **aprimoramento do atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero**. Wagner Pinto informou que a PCMG selecionou 17 servidores policiais civis e administrativos com formação em psicologia, serviço social e sociologia para compor a equipe de atendimento psicossocial na

Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher – Deam – de Belo Horizonte. Além disso, com a finalidade de conscientizar e melhorar o atendimento, as policiais civis das Deams atuaram na disseminação do conhecimento sobre violência contra mulher e no aprimoramento do atendimento às vítimas, por meio de congressos, seminários e realização de palestras e cursos de capacitação para os servidores da instituição, entre maio e agosto de 2019.

Compromisso do chefe da PCMG

Implementar projeto-piloto das propostas complementares de monitoramento patrimonial (circuito fechado de TV, barreiras físicas e vigilância patrimonial humana) no Departamento Estadual de Combate a Fraudes até fevereiro de 2020.

COMPROMISSO

g) Compromissos do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza

Ao final de sua exposição, o chefe da Polícia Civil apresentou os compromissos assumidos pela PCMG resultantes do Assembleia Fiscaliza relativo ao primeiro quadrimestre de 2019 e seus respectivos encaminhamentos, conforme detalhado a seguir.

- a) Homologar o concurso para o cargo de escrivão e nomear 119 escrivães de polícia (concurso homologado em 26/7/2019 e os aprovados foram nomeados em 6/9/2019).
- b) Designar os 76 delegados de polícia nomeados em junho/2019, após o curso de formação, nas comarcas que não possuem delegados (designação prevista para 18/10/2019).
- c) Pleitear ao governador do Estado a realização de concursos públicos para todas as carreiras da PCMG (os concursos de delegado e escrivão ainda estão vigentes e a PCMG está elaborando notas técnicas contendo a previsão das vacâncias de cada carreira com o fim de solicitar ao governo a autorização para realização de concursos).
- d) Analisar alternativas para que a atividade de examinador exercida pelos policiais civis não prejudique o desempenho das atividades finalísticas da PCMG (o Detran implantou sistema “Gestão da Banca” para gerenciar o horário de serviço e escala na Banca Examinadora; os

examinadores que atuam em horário de expediente devem compensar horário junto às suas unidades).

- e) Analisar a possibilidade de unificação das carreiras de escrivão e de investigador de Polícia (foi desenvolvido estudo pelo Sindicato de Escrivães de Polícia – Sindep – que está sendo avaliado pela Chefia da Polícia Civil; há divergências de entendimento sobre o tema entre as entidades de classe policiais civis).
- f) Substituição dos policiais civis que exercem funções de guarda patrimonial por vigilância remota com circuito fechado de TV e por vigilantes contratados (o projeto Segurança Patrimonial está em fase de implantação, com previsão de início do projeto-piloto para fevereiro de 2020).
- g) Implantar um sistema de videoconferência em delegacias para permitir o recebimento remoto de ocorrências policiais (o projeto do plantão digital está em andamento, com implantação do projeto-piloto prevista para fevereiro de 2020).
- h) Centralizar os plantões em Belo Horizonte, de forma a substituir as atuais quatro delegacias plantonistas da capital por uma única, o que permitirá melhor estrutura física e pessoal mais qualificado (estudos técnicos estão sendo realizados quanto à viabilidade, logística e condições do novo formato).
- i) Análise de irregularidades relacionadas aos despachantes de veículos pela Advocacia-Geral do Estado e pela assessoria jurídica do Detran; averiguar e inibir eventuais ilicitudes apuradas na “taxa de urgência” (foram instaurados procedimentos administrativos para apurar eventuais irregularidades; foram realizados levantamentos dos processos de trabalho para sua padronização com o fim de garantir a uniformidade das atividades desenvolvidas pelo Detran/MG; medidas como a implantação do novo sistema de vistoria eletrônica, estudo e implantação de mecanismo eletrônico de emissão do CRV também estão sendo realizadas para impedir a ocorrência de ilicitudes).

- j) Reformar, até o fim de 2019, 12 unidades da corporação, com o dispêndio de R\$825.000,00 (as reformas prediais prioritárias têm seguido o cronograma previsto).
- k) Ampliar o número de unidades de Delegacia Especializada em Investigação e Repreensão a Crimes Rurais, especialmente no interior do Estado (a Deicra/Depatri atua em todo o Estado).
- l) Implantar o aplicativo MG Mulher, ferramenta que auxiliará as mulheres vítimas de violência no acionamento de emergência das autoridades policiais (aguardando definição estratégica para operacionalização, sob coordenação da Sejusp).

Compromissos do chefe da PCMG

Os compromissos C, E, H, e I permanecem pendentes ou estão em fase de encaminhamento/análise.

Os compromissos J, K e L restam, ainda, como não atendidos/satisfeitos, segundo seu encaminhamento resultante do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza.

O compromisso D deve, ainda, ser monitorado, a fim de atestar a eficácia das ações implementadas.

Os compromissos A, B, F e G já estão detalhados em outros tópicos, acima.

RQN nº 3.543/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para a realização de estudo e análise, com a participação das entidades de classe das categorias, sobre a unificação das carreiras de escrivão e investigador da instituição.

RQN nº 3.532/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais sobre a melhoria dos procedimentos e atividades do Detran-MG, bem como sobre os resultados já verificados com a implementação do Sistema de Vistoria de Identificação Veicular Eletrônica.

RQN nº 3.567/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – sobre a previsão de retirada de policiais civis da guarda patrimonial da PCMG em razão da substituição por circuito interno de vigilância, para que esses profissionais atuem exclusivamente em sua atividade-fim de polícia judiciária.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

2.2) DISCUSSÕES

Após a exposição inicial do chefe da PCMG, tratando dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza relativo ao 2º quadrimestre de 2019, as deputadas e deputados presentes fizeram, um a um, suas ponderações, as quais se encontram relatadas a seguir.

a) Gestão de pessoas – déficit de efetivo

Os parlamentares reiteraram suas cobranças feitas no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2019: realização de novos concursos públicos para as carreiras da instituição, em especial as policiais, mas não apenas, tendo em vista os atuais déficits e o previsto na Lei Orgânica da PCMG. Além disso, fizeram apelo para que a designação de novos delegados, prevista para 18/10/2019, de fato aconteça e para que os 87 excedentes do concurso para o mesmo cargo, edital nº 01/18, sejam nomeados, ressaltando sua preocupação maior: sobrecarga de trabalho e o consequente adoecimento por ela desencadeado e a devida prestação do serviço de polícia judiciária para os cidadãos.

Wagner Pinto de Souza citou a nomeação de cerca de 500 servidores de carreiras policiais em 2019, conforme dados apresentados em sua exposição, mas, por outro lado, disse estar ciente do problema e em permanente diálogo com o Executivo, a fim de recompor o quadro de pessoal do órgão, em todas as carreiras, e evitar adoecimentos diversos.

Compromissos do chefe da PCMG

Designar 79 delegados de polícia em 18/10/2019.

Designar 387 investigadores de polícia em novembro de 2019.

Iniciar curso de formação de 119 escrivães de polícia em 8/10/2019.

COMPROMISSOS

RQN nº 3.545/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para a nomeação de servidores de todas as carreiras policiais da instituição, tendo em vista o déficit já grave de efetivo na instituição, a previsão de expansão de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais e a necessidade de melhoria e expansão do atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG e de expansão e reestruturação das delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams –, ressaltando-se a importância da formação e da capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço e da designação de policiais femininas, de forma a garantir um atendimento mais adequado e humanizado a esse público.

RQN nº 3.553/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para a recomposição do efetivo da PCMG em face do atual déficit de mais 40%, índice ainda maior em se tratando de delegados e escrivães de polícia, tendo em vista o que prevê a Lei Complementar nº 129, de 2013, que contém a Lei Orgânica da PCMG e o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis e aumenta o quantitativo de cargos nas carreiras da instituição.

RQN nº 3.531/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para que sejam nomeados os 87 excedentes do concurso para o cargo de delegado de polícia regido pelo Edital nº 01/18, haja vista o déficit de 44,1% nessa carreira.

b) Gestão: plantões, delegacias e pessoas

Muitos parlamentares solicitaram a instalação de plantões e de delegacias e a designação de delegados e investigadores de polícia em diversas regiões do Estado, hoje sobremaneira carentes desses recursos. Entre os argumentos apresentados, mencionaram serem localidades historicamente relegadas, por um lado, e, por outro, concentrarem os mais altos índices de violência contra segmentos vulneráveis, isso significando haver razões e ser necessário tratar tais diferenças de forma diferenciada. Além disso, ponderaram haver cidades as quais, mesmo não sendo sedes de comarca, por seu porte e relevância regional justificam a existência de plantões regionalizados. Mencionou-se, mais pontualmente, a percepção de uma piora nas condições das estruturas da PCMG em todo o Estado, pois, em certas localidades, reformas e melhorias nas instalações, assim como despesas de custeio e pessoal de apoio nas atividades-meio, vêm dependendo de parcerias com prefeituras. O chefe da PCMG disse que o ideal seria existirem

plantões em todas as comarcas, porém a instituição não dispõe de recursos no momento, pois cada plantão requer quatro delegados e há comarcas, hoje, sem nenhum delegado de polícia. Assim sendo, mantêm os plantões regionalizados e estão estudando uma melhor distribuição deles a partir de análises técnicas para a definição de prioridades, de modo a atender todas as comarcas, em que pese a escassez de recursos. Disse, ainda, da intenção de se designarem os novos delegados para certas localidades, mencionando algumas específicas, bem como, de modo geral, aquelas onde os plantões vêm sendo feitos por delegados de outros municípios, nesse sentido afirmando não haver mais ingerência política no governo e transferências ou designações pouco criteriosas, como ocorreu em outras épocas. Assumiu, também, o compromisso específico de recompor o quadro de investigadores de Patrocínio em novembro, quando o curso de formação deles estiver concluído, já que a maioria dos que ali estavam foram afastados.

Compromissos do chefe da PCMG

Melhorar a distribuição dos plantões regionalizados a partir de análises técnicas para a definição de prioridades, de modo a atender todas as comarcas.

Designar os novos delegados para certas localidades, a exemplo de Patrocínio e as regiões Jequitinhonha e Mucuri e onde os plantões vêm sendo feitos por delegados de outros municípios.

Recompor o quadro de investigadores de polícia para João Monlevade em novembro.

RQN nº 3.526/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para que sejam instalados, com urgência, plantões regionalizados em pelo menos cada microrregião do Estado, priorizando-se, no processo de ampliação dos plantões já existentes, as localidades hoje sem nenhuma instância da PCMG imediata ou próxima à qual possam recorrer, como acontece em partes das regiões do Jequitinhonha e Mucuri, Rio Doce e Vale do Aço, para que os 79 delegados de polícia nomeados recentemente sejam utilizados nesses plantões e para que seja implantado o sistema de videoconferência previsto para fevereiro de 2020.

RQN nº 3.568/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – sobre uma possível nova distribuição e ampliação dos plantões regionalizados da PCMG, consubstanciadas nos resultados de estudo hoje em curso.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

c) Atuação, protocolos e estrutura para o enfrentamento de crimes específicos

Os parlamentares enfatizaram a necessidade e a relevância de a PCMG ter políticas estruturadas – com delegacias especializadas, efetivo devidamente capacitado, ações de enfrentamento e bancos de dados – para o atendimento a crimes mais específicos, a saber: violência doméstica contra a mulher, sexual contra crianças e adolescentes, de intolerância religiosa e socioambientais.

No caso da violência doméstica contra a mulher, a demanda é no sentido de que a temática seja abordada com a especificidade que merece, e não como uma questão geral das violências, a exemplo do que vem ocorrendo com as ações de prevenção implementadas na PMMG. Nesse sentido, pleitearam o fortalecimento, a ampliação e uma melhor estruturação das Deams, ponderando, no entanto, sobre a carência de recursos humanos, e solicitaram a expansão dos núcleos destinados à apuração dos feminicídios, consumados e tentados, para outras localidades além da capital, inclusive a fim de reforçar a prevenção e de dar o devido tratamento a esse grave problema. Argumentaram, ainda, que muitas mulheres desistem de registrar a ocorrência pelas dificuldades encontradas ao longo desse processo, inclusive a necessidade de deslocamento.

O chefe da PCMG informou que há 67 delegacias regionais no Estado e que, em todas, via de regra, deveria haver uma delegacia especializada para a mulher. Porém, reconheceu que não há efetivo suficiente para atender a essa demanda com exclusividade. Sendo assim, dentro das possibilidades, têm buscado colocar aqueles servidores com perfis, capacitação e formação adequadas para realizarem esse atendimento. Quanto à prevenção, têm também buscado atuar conforme os recursos disponíveis e, apesar de deverem priorizar a investigação dos homicídios, a questão dos feminicídios tentados tem ocupado lugar central nas preocupações da PCMG. No tocante às Deams, disse haver empenho em sua melhoria e expansão em todo o Estado, inclusive preenchendo seus cargos com policiais femininas.

Compromissos do chefe da PCMG

Priorizar a designação de servidores com perfis, capacitação e formação adequadas para realizarem o atendimento a mulheres em situação de violência, em todas as delegacias do Estado.

Empenhar-se na melhoria e expansão das Deams em todo o Estado, inclusive preenchendo seus cargos com policiais femininas.

RQN nº 3.467/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para disponibilizar atendimento especializado à mulher vítima de violência doméstica e familiar nas 67 regionais da PCMG no Estado, por meio da criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, da formação e capacitação específica de todas as carreiras policiais para esse serviço, da estruturação adequada das atividades legísticas e periciais e de parcerias com outras instâncias, como administrações municipais, Defensoria Pública e Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

Quanto aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, enfatizaram a importância de uma atuação estratégica e conjunta com outras forças de segurança pública em regiões onde ocorrem com maior frequência, como às margens da Rodovia Régis Bittencourt – BR 116 – no Jequitinhonha e Mucuri. Wagner Pinto de Souza asseverou que a PCMG tem ações bastante contundentes no sentido de apurar esses crimes, inclusive por meio do acompanhamento das redes sociais, numa atuação conjunta das delegacias de crimes cibernéticos e do departamento da família, a fim de coibir essas graves práticas delituosas. Por outro lado, afirmou terem plena consciência acerca das carências do Jequitinhonha e Mucuri e, assim, pretendem, como já mencionado, direcionar alguns dos novos delegados para a região, na tentativa de minimizar o problema.

No tocante a crimes de intolerância racial, questionou-se sobre a política da instituição, os dados e a atuação de núcleo relacionados às vítimas, bem como sobre o monitoramento de crimes no meio rural e crimes socioambientais, avaliando tratar-se de políticas públicas e não necessariamente de questões financeiras. O chefe da Polícia Civil esclareceu que os crimes de intolerância, quando assim identificados, são encaminhados para delegacia especializada existente no âmbito do Departamento de Proteção e Orientação à Família, e os crimes socioambientais são tratados pelo Departamento Estadual de Meio Ambiente da PCMG, com atuação em todo o Estado, dispendo-se a encaminhar os dados relativos a ambos.

Compromisso do chefe da PCMG

Encaminhar à Comissão de Segurança Pública os dados relativos aos crimes de intolerância e os relativos a crimes ambientais.

RQN nº 3.595/2019 (Comissão de Direitos Humanos)

Pedido de informações ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – sobre crimes de intolerância motivados por racismo e crimes ambientais no Estado, consubstanciadas nos dados oficiais em posse da PCMG, com todo o detalhamento disponível, no período de 2014 a 2019, discriminados ano a ano.

d) Sistema Abis

Questionado sobre a previsão orçamentária e de implementação do Sistema Abis, Wagner Pinto de Souza explicou que, atualmente, a identificação civil e a investigação criminal são feitas por processo de busca manual nos milhões de fichas decadatiloscópias que a polícia possui, o que demanda muito tempo e abre margem para eventuais erros e fraudes. Já o sistema Abis permite um rápido cruzamento do banco de fichas com uma impressão digital, sendo, por isso, considerado ferramenta fundamental para o trabalho policial e o fortalecimento de sua fonte de dados. Trata-se, por essas razões de projeto fundamental do governo e da PCMG. Disse também que negociações para recursos e aquisição do sistema têm sido conduzidas junto à Vale S.A., como uma das formas de ressarcimento pelos danos decorrentes da barragem B1 da Minas Córrego do Feijão, em Brumadinho, de sua propriedade.

e) IMLs

Os parlamentares pediram atenção específica para os instituto médico-legais – IMLs –, com a ampliação de sua presença nos municípios mineiros e infraestrutura compatível, em especial no tocante às atuais deficiências para identificação de corpos. O chefe da PCMG concordou que a situação dos IMLs e das perícias é preocupante, pois dispõem apenas de verba de custeio e, a de

investimento, tem sido praticamente zero. Quanto a apelo específico pelo IML de Ipatinga, disse que verificará a situação, pois já há um estudo realizado, e melhorias serão implementadas.

Compromisso do chefe da PCMG

Verificar e analisar a situação do IML de Ipatinga, considerando estudo já realizado e a previsão de melhorias a serem implementadas.

COMPROMISSO

RQN nº 3.551/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para que todas as unidades administrativas da Superintendência de Polícia Técnico-Científica – Institutos de Criminalística e Médico-Legal – sejam devidamente reestruturadas, apropriadamente equipadas e adequadamente supridas com recursos humanos capacitados, inclusive mediante a plena execução das emendas parlamentares ao Plano Plurianual de Ação Governamental e à Lei Orçamentária Anual, em seu processo de revisão por esta Casa, de modo a poder prestar os serviços aos quais se destinam, quais sejam perícias criminais e medicina legal e odontologia legal.

REQUERIMENTO

f) Outros temas

Além do reconhecimento por seu empenho no sentido de cumprir os compromissos assumidos no Assembleia Fiscaliza do 1º quadrimestre de 2019 e buscar cumprir sua missão, ainda que com os déficits apontados ao longo de sua exposição, Wagner Pinto de Souza foi solicitado a se pronunciar acerca de outro aspecto, baseado em reclamação, talvez pontual, recebida por parlamentar em seu gabinete sobre delegados não estarem recebendo termos circunstanciados de ocorrência – TCOs – diretamente de policiais militares. O chefe da Polícia Civil esclareceu que os TCOs podem ser encaminhados pela PMMG diretamente ao Poder Judiciário. No entanto, se são necessárias diligências complementares, tais como oitivas e juntada de laudos periciais, o Judiciário envia o TCO para quem o lavrou e, sendo a PMMG, esta, então, o encaminhará à PCMG, para que efetue as diligências necessárias. Sendo esse o trâmite, ele deve ser cumprido, e não há como o delegado proceder a nenhuma requisição sem a passagem pelo Judiciário. Nesse sentido, o chefe da PCMG disse desconhecer qualquer eventual problema nesse fluxo.

Além disso, surgiram alguns outros comentários de parlamentares ao longo da oitiva do chefe da

PCMG. Um deles questionava o porquê da não execução, neste ano, de algumas emendas feitas ao planejamento e ao orçamento do Estado no ano passado, inclusive por representantes da própria PCMG, voltadas para a melhoria das estruturas prediais e do IML e para o fortalecimento das políticas destinadas ao enfrentamento das violências cometidas contra os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade – temas destacados ao longo dos debates. Outro ressaltava que as cobranças apresentadas devem ser também levadas ao governador, e defendidas pelos parlamentares, para que as demandas levantadas no Assembleia Fiscaliza sejam priorizadas, pois é possível identificar o que é vital para as instituições de segurança pública, sendo o déficit de efetivo o problema central, no momento. E outro dizia respeito aos projetos de lei em tramitação nesta Casa acerca da recuperação fiscal, considerados uma espécie de “camisa de força” para o Executivo e anti-republicanos. Nesse sentido, a sugestão é que a ALMG cumpra com suas atribuições, não só de fiscalização mas também como instância legiferante, de modo a colaborar para a administração e para a consecução das políticas públicas do Estado.

3) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – SEJUSP

3.1) EXPOSIÇÃO

Inicialmente, Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, realizou a exposição referente ao art. 7º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019. Em sua explanação, destacou alguns temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza, conforme detalhado a seguir.

a) Integração dos órgãos de segurança pública e redução da criminalidade

Segundo o secretário de Justiça e Segurança Pública, seu principal papel como gestor é promover a interlocução e a integração dos órgãos de segurança pública. Nesse sentido, propôs que no 3º Ciclo do Assembleia Fiscaliza possam estar sentados juntos à mesa as quatro autoridades da área – Sejusp, PMMG, PCMG e CBMMG – por todos terem pontos em comum com a secretaria e entre si.

Enfatizou que a segurança pública está apoiada essencialmente em dois pilares: os indicadores de criminalidade, com critérios objetivos, e a sensação de segurança por parte da sociedade, esse com caráter subjetivo. E que é papel da Sejusp, também, consolidar esses indicadores. Apresentou esses dados, fruto do trabalho do Observatório de Segurança Pública, vinculado à secretaria, destacando-se queda de 27% nos índices de crime violento, 18% nos crimes de homicídio e 28% nos crimes de roubo consumado, comparando o período de janeiro a agosto de 2019 com o mesmo período de 2018.

RQN nº 3.560/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre as ações de planejamento, inteligência, troca de informações e atuação operacional que estão sendo realizadas para promover a integração dos órgãos de segurança pública.

b) Lei orgânica dos sistemas prisional e socioeducativo

O secretário discorreu sobre a importância do plano de carreira para os servidores dos sistemas prisional e socioeducativo, tema também abordado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza. Informou que desde abril a Sejusp está se debruçando nessa legislação. Mas esclareceu que para ser lei orgânica seria necessário uma proposta de emenda à Constituição da República para alterar o art. 144, incluindo os sistemas prisional e socioeducativo entre os órgãos de segurança pública. Dessa forma, decidiram elaborar plano de carreira para os agentes penitenciários e socioeducativos e em junho foi feita uma análise na Seplag que demonstrou ser mínimo o impacto financeiro.

Em julho, atendendo a solicitação do deputado Sargento Rodrigues, reuniu-se com o Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária de Minas Gerais – Sindasp/MG – para escuta das demandas dos representantes de classe. Em julho, o secretário se reuniu com deputados estaduais diretamente envolvidos com a temática de segurança pública. Informou que a carreira está sendo pensada em um formato de pirâmide e não de cilindro, de forma que seja sustentável. Citou como exemplo a escolha de diretores dos sistemas prisional e socioeducativo se dar pelo critério de confiança, o que não é o ideal em um plano de carreira.

Em setembro, foi feita nova reunião com os representantes de classe para apresentação das ideias já consolidadas na primeira versão da minuta. Em outubro, houve reunião para consolidar a minuta, concluir os trâmites internos e a previsão é enviar o projeto de lei à ALMG ainda este ano. Quanto ao plano de carreira para os agentes socioeducativos, informou que a secretaria está elaborando a minuta de proposição, já com a experiência obtida com o sistema prisional.

Compromisso do secretário

Enviar à ALMG, ainda este ano, projeto de lei que institua o plano de carreira dos agentes penitenciários e dos agentes socioeducativos.

RQN nº 3.549/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública para que envie a esta Casa projeto de lei, de iniciativa privativa do governador do Estado, que disponha sobre as carreiras dos sistemas prisional e socioeducativo.

c) Denúncias de assédio moral e desvio de função sofridas por agentes socioeducativos e agentes prisionais

Sobre as graves denúncias de assédio moral de diretores dos presídios, o secretário afirmou seguir um rito que consiste em oito passos, que resumidamente perpassa o recebimento da denúncia, o trabalho realizado pela Ouvidoria-Geral do Estado, a possibilidade de conciliação entre as partes, e, por último, o encaminhamento ao Núcleo de Correição Administrativa – Nucad – da Sejusp. Informou que, atualmente, há 26 procedimentos abertos para apuração de supostos assédios morais, sendo 23 procedimentos administrativos e três sindicâncias administrativas. É um assunto tratado pela secretaria com muito cuidado, inclusive com preservação da reputação dos servidores e apuração de todos os fatos, para não se cometerem possíveis injustiças.

d) Capacitação, letalidade e vitimização policial

Informou que o sistema prisional conta com aproximadamente 75 mil presos, distribuídos em 195 unidades em todo o Estado. Considera esse um grande desafio para qualquer gestor de segurança pública. E que a busca é que não haja superlotação, que o preso possa ter a oportunidade de trabalhar e que seja tratado de forma humanizada, para que retorne ao convívio social ressocializado. Relatou que boa parte dos problemas de segurança pública encontra-se no sistema prisional. Em relação à capacitação dos gestores do sistema prisional, informou que foi suspensa por ação do sindicato, e que, portanto, a secretaria está aguardando decisão judicial para retomá-

la. E que vem realizando capacitações para os gestores do sistema socioeducativo.

RQN nº 3.565/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a conclusão da oferta de cursos de capacitação dos diretores das unidades do sistema socioeducativo, bem como sobre a previsão de retomada dos cursos de capacitação dos gestores do sistema prisional, suspensos em razão de ação judicial interposta pelo sindicato da categoria.

REQUERIMENTO

O secretário foi questionado, ainda, sobre quais seriam as políticas públicas de Estado para reduzir a letalidade e vitimização policial no Estado.

RQN nº 3.534/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – sobre a política de enfrentamento da letalidade e vitimização do agente penitenciário e do agente socioeducativo no Estado.

REQUERIMENTO

e) Gestão de pessoas – escalas de trabalho dos agentes prisionais e dos agentes socioeducativos

Sobre as escalas de trabalho dos agentes prisionais e socioeducativos, o secretário informou que a jornada semanal ordinária deve atender 40 horas. Mas reconheceu que em algumas estruturas, em função da localização geográfica, justifica-se o regime de 24 por 72 horas. E enfatizou que esse assunto tem sido amplamente discutido pela Sejusp e Seplag para minimizar essa necessidade.

3.2) DISCUSSÕES

Após a exposição inicial do secretário, destacando alguns temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza relativo ao segundo quadrimestre de 2019, as deputadas e deputados presentes fizeram, um a um, suas ponderações, as quais se encontram resumidas a seguir.

a) Gestão de pessoas – déficit dos sistemas prisional e socioeducativo

Os parlamentares manifestaram bastante preocupação em relação à carência de recursos humanos nos sistemas prisional e socioeducativo, à semelhança do que ocorre com a PMMG, a PCMG e o CBMMG, e disseram-se apreensivos quanto à sobrecarga de trabalho e ao adoecimento decorrente dela, bem como a um possível colapso de todo o sistema de segurança pública no Estado. Solicitaram, em face desse quadro, a realização de concursos para recompor o déficit de agentes penitenciários e socioeducativos.

O secretário foi questionado, ainda, sobre qual a política pública do Estado voltada aos profissionais técnicos e administrativos dos sistemas socioeducativo e prisional.

RQN nº 3.525/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Câmara de Orçamento e Finanças – COF – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo dos sistemas prisional e socioeducativo, em face do atual déficit de agentes penitenciários e socioeducativos, por meio da nomeação de 78 aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS/2018 – e da realização de concursos públicos para os dois cargos.

RQN nº 3.566/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a política de gestão de pessoas relativa aos profissionais técnicos e administrativos dos sistemas socioeducativo e prisional, principalmente no que diz respeito ao efetivo e à política de remuneração.

REQUERIMENTOS

b) Cumprimento da Lei nº 23.049, de 2018, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo agente de segurança socioeducativo

Os parlamentares questionaram o cumprimento da Lei nº 23.049, de 2018, que prevê que o agente socioeducativo terá direito de portar arma de fogo, institucional ou particular, fora de serviço, e que, por isso, discordam do parecer da Advocacia-Geral do Estado – AGE – e que estudarão tomar as providências cabíveis no âmbito do Legislativo.

O secretário reiterou que está cumprindo orientação da AGE, que está em consonância com a

legislação estadual e federal acerca do assunto. Como foi dito no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, o entendimento da AGE é que a lei estadual não determinou quem deverá conceder o porte de arma ao agente socioeducativo. Assim, o agente socioeducativo que cumprir os regramentos de concessão de porte de arma de fogo da Polícia Federal terá a menção dessa informação em sua identidade funcional. O entendimento é que a legislação estadual, portanto, não impõe ao Executivo estadual a emissão do porte de arma de fogo a esses profissionais, mas, tão somente, sua inserção na carteira funcional desses servidores. Informou, ainda, que esta questão está judicializada.

c) Denúncias de assédio moral e desvio de função sofridos por agentes socioeducativos e agentes prisionais

Quanto às denúncias de assédio moral dos diretores do sistema prisional e socioeducativo, reiterou o que foi dito na apresentação – todas as denúncias são recebidas pela Sejusp e apuradas conforme legislação.

d) Lei orgânica dos agentes prisionais e socioeducativos

Os parlamentares reiteraram a importância do envio de projetos de lei sobre as carreiras dos agentes penitenciários e socioeducativos e reconheceram o esforço do secretário nessa questão.

e) Femicídio

Assim como no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, o aumento dos índices de **feminicídios** foi o tema mais abordado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. As deputadas reconheceram o esforço do Estado que culminou na queda dos índices de criminalidade, apresentada pelo secretário, mas afirmaram que, em relação ao feminicídio, os dados não seguiram a mesma tendência. Verifica-se cotidianamente na imprensa o aumento das violências contra as mulheres, especialmente do feminicídio, o que requer do Estado políticas públicas de proteção às mulheres. Questionaram então quais são de fato as políticas públicas de Estado de enfrentamento ao feminicídio.

O secretário reforçou o compromisso com a redução dos índices de criminalidade e reconheceu que os dados do Observatório de Segurança Pública divergem dos dados apresentados pela imprensa. Mas defendeu a metodologia adotada pelo Observatório, cujos dados mostram que, comparando-se os períodos de janeiro a agosto de 2017, 2018 e 2019, os índices de violência doméstica oscilaram $-1,22\%$ e $-2,16\%$. Quanto ao número de feminicídios, houve, no Estado, 85 casos em 2017, 87 em 2018 e 84 em 2019. Já em Belo Horizonte, foram 5 casos em 2017, 4 em 2018 e 9 em 2019. A pedido dos parlamentares, comprometeu-se a enviar esses dados para a comissão.

RQN nº 3.465/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sejusp – para a inclusão, entre os indicadores de criminalidade violenta no Estado, dos feminicídios tentados e consumados.

RQN nº 3.565/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a política de enfrentamento do feminicídio no Estado.

RQN nº 3.570/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a implementação de aplicativo destinado a auxiliar mulheres vítimas de violência de gênero, bem como sobre se já é possível verificar os resultados com a sua utilização.

REQUERIMENTOS**f) Prevenção social à criminalidade**

As deputadas e deputados reforçaram a importância das políticas de prevenção social à criminalidade e destacaram a recente aprovação da Lei nº 23.450, de 2019, que dispõe sobre essa política, de forma a garantir que os programas de prevenção se tornem políticas de Estado e não de governos. Além disso, foi reiterada a necessidade de destinação de recursos para implementação e manutenção de políticas públicas, bem como do cumprimento de sua execução orçamentária. Sugeriram que os programas de prevenção social à criminalidade sejam mais universais, ampliando os públicos, pois atualmente eles têm sido muito focais. Por fim, solicitaram a sistematização dos dados das políticas públicas no Estado, principalmente os relacionados às mulheres, pedindo celeridade na votação do Projeto de Lei nº 689/2015, que assegura a publicização e o acesso a dados relativos à condição da mulher no Estado.

O secretário reconheceu que a política de prevenção social à criminalidade perpassa por vários governos. E informou que, diante da restrição orçamentária do Estado, a Sejusp criou um selo de prevenção social junto aos municípios, com o qual, por meio de convênios com as prefeituras, estão sendo implementadas as políticas de prevenção.

g) Situação do sistema prisional

Os parlamentares relataram que a Comissão de Direitos Humanos tem recebido diversas denúncias sobre as condições do sistema prisional, verificadas por visitas técnicas feitas pela referida comissão, destacando-se as mais graves e recorrentes. A primeira denúncia foi em relação à alimentação oferecida nos presídios ser de péssima qualidade, denúncia tanto dos sentenciados quanto dos agentes penitenciários. Questionou-se se a secretaria tem monitorado a concessão do serviço público de alimentação nas unidades prisionais, se existe fiscalização da qualidade do serviço ofertado e quais são as ações de vigilância sanitária para melhorar a alimentação e as condições de higiene das unidades. Além da péssima alimentação, os parlamentares relataram denúncias apresentadas por agentes penitenciários segundo as quais, ao realizarem o deslocamento dos presos, o Estado fornece alimentação apenas para o preso, não arcando com as despesas de alimentação do agente. Solicitaram, assim, a distribuição de vale alimentação para os agentes que fazem deslocamentos de presos.

A segunda denúncia foi em relação ao adoecimento dos presos e a falta de tratamento de saúde. Questionou-se se há equipes de atenção básica nas unidades prisionais com mais de 500 presos, como estabelece a Portaria nº 1/2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP – no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, e qual o quantitativo das unidades prisionais que contam com equipes de saúde. Assim, foram requisitados os dados de adoecimento da população carcerária no Estado, quais os mecanismos da vigilância epidemiológica para interromper o contágio e quais ações estão sendo implementadas pela Sejusp, em articulação com outras secretarias, para o enfrentamento dessa questão. Além disso, solicitaram informações sobre quais unidades prisionais possuem atendimento jurídico e qual a previsão de renovação no caso de contratos vencidos ou que estão

prestes a vencer.

Por fim, questionou-se sobre o racionamento de água nos presídios localizados nos municípios que foram atingidos pelo rompimento de barragens, questionando-se como tem sido o fornecimento de água nesses presídios e quais as ações para solucionar o problema.

O secretário informou que são gastos 30 milhões de reais por mês na contratação do serviço de alimentação das unidades prisionais e que a Sejusp realiza controle rigoroso dessa alimentação e toma medidas imediatas para a penalização das prestadoras de serviço que não atendam os contratos. Mas informou que recebeu essa denúncia e já iniciou processo para verificação.

O secretário se comprometeu a analisar a questão do não pagamento de alimentação aos agentes penitenciários quando realizarem deslocamento de presos, mas afirmou que, quanto a conceder vale alimentação, trata-se de questão antiga, mas que não há orçamento para esse aporte. Os deputados insistiram na necessidade de controle e fiscalização dessas empresas de alimentação nos sistemas prisional e socioeducativo e reforçaram a preocupação com a questão da alimentação dos agentes penitenciários.

O secretário informou que não tinha os dados de adoecimento no momento, já que esse tema não foi enfatizado pela comissão; e afirmou que vem cumprindo o disposto na Portaria nº 1/2014. Reconheceu a necessidade de contratação e ampliação do atendimento jurídico nas unidades.

Relatou que há insegurança em relação a outros presídios próximos de barragens, o que levou à redistribuição dos presos do Município de Itabirito para outras unidades no Estado, por exemplo. Em contrapartida, informou que a Vale S.A. assumiu o compromisso de construção de dois presídios, para 1.200 presos. Afirmou desconhecer problemas com o racionamento de água nos presídios. Foi esclarecido ao secretário que o racionamento de água foi verificado em visita técnica da Comissão de Direitos Humanos à Penitenciária Professor Jason Albergaria, no Município de São Joaquim de Bicas, que está com fornecimento comprometido depois do rompimento da barragem em Brumadinho. Informou-se, ainda, que os dados de racionamento foram recebidos da Copasa e que eles seriam encaminhados posteriormente ao secretário.

h) Denúncias contra ONG

Foram apresentadas denúncias contra uma ONG que presta atendimento a adolescente autor de ato infracional, relativas a mau uso de recursos públicos, e feitos alguns questionamentos ao secretário sobre:

- o valor de recursos públicos destinados à ONG, especificando-se o valor total e o valor anual, por unidades de semiliberdade;
- o convênio firmado com a ONG, esclarecendo-se a data de início do convênio, os critérios de escolha da entidade e o padrão das unidades, diante de denúncias de que elas funcionariam em casas de luxo, com encaminhamento à comissão das cópias da prestação de contas de cada unidade;
- o custo médio de cada adolescente atendido, especificando-se quantos já foram atendidos, qual o índice de reincidência, quantos não voltaram a cometer delitos, inclusive com a maioridade penal, e qual a capacidade de atendimento dessas unidades;
- a existência de processo judicial em andamento contra a ONG, tendo em vista denúncias de mau uso de recursos públicos pela entidade.

Por fim, informou-se que seria encaminhado à Sejusp abaixo-assinado contra a instalação de uma casa de semiliberdade no Município de Teófilo Otoni.

Sobre os questionamentos, o secretário esclareceu que o atendimento da semiliberdade custa 10 mil reais por jovem e o da internação 12 mil reais por jovem, por mês; que a escolha do local para o funcionamento da ONG é feita em cumprimento à legislação vigente e que responderá posteriormente aos outros questionamentos porque demandam pesquisa mais detalhada.

RQN nº 5.177/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Encaminhamento à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de documento da Associação dos Moradores do Bairro Ipiranga, do Município de Teófilo Otôni, no qual constam assinaturas de pessoas da comunidade – pais e alunos, visitantes, trabalhadores e empresários –, contrários à instalação de uma casa de ressocialização de adolescentes infratores em regime aberto, por entenderem que tal medida comprometerá a segurança da comunidade.

RQN nº 3.561/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o custo médio de cada adolescente infrator atendido pela ONG Polo de Execução de Medidas Socioeducativas – Pemse –, especificando-se quantos adolescentes infratores já foram atendidos até o momento, qual o índice de reincidência, quantos não voltaram a cometer delitos, inclusive com a maioria penal, e qual a capacidade de atendimento dessas unidades.

RQN nº 3.562/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o valor de recursos públicos destinados à ONG Polo de Execução de Medidas Socioeducativas – Pemse – para a execução dessas medidas, especificando-se o valor total e o valor anual, por unidades de semiliberdade.

RQN nº 3.563/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre o convênio firmado com a ONG Polo de Execução de Medidas Socioeducativas – Pemse – para execução dessas medidas, esclarecendo-se a data de início do convênio, os critérios de escolha da entidade e o padrão das unidades, diante de denúncias de que elas funcionariam em casas de luxo, com encaminhamento à comissão das cópias da prestação de contas de cada unidade da referida entidade.

RQN nº 3.564/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre a existência de processo judicial em andamento contra a ONG Polo de Execução de Medidas Socioeducativas – Pemse –, tendo em vista denúncias de mau uso de recursos públicos pela entidade.

4) CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS – CBMMG

4.1) EXPOSIÇÃO

Inicialmente, o Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do CBMMG, realizou a exposição referente ao art. 7º da Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019. Em sua explanação, tratou dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza, conforme detalhado a seguir.

a) Gestão de pessoas

O Cel. BM Edgard Estevo da Silva apresentou os **quantitativos** do efetivo da corporação, destacando os **déficits relativos à Lei nº 22.415, de 2016** – “Lei do Efetivo”: **29,19% no total** (2.335 bombeiros militares, previstos 7.999), sendo **16,21% praças** e **12,98% oficiais**. Esclareceu que buscam sempre espelhar esse déficit na distribuição dos bombeiros pelo Estado, não privilegiando ou prejudicando nenhuma localidade. Pontuou, também, que jamais o total previsto foi realidade e o maior efetivo da corporação, 6.198, foi em 2014, em contraposição aos 5.664 atuais, com média de evasão anual de 192 bombeiros militares, isso causando preocupação. Esclareceu que a atual “Lei do Efetivo” tem vigência até o fim deste ano e uma nova proposta de lei já está em tratativas com a Seplag. Ela não prevê a alteração do número total de bombeiros militares, apenas um remanejamento de cargos, de modo a viabilizar o acesso à carreira e o planejamento estratégico da corporação de 2015, o qual contém a linha mestra do CBMMG e é revisto a cada dois anos, contendo projeção até 2026.

As **ações adotadas** internamente para lidar com o atual déficit são: reestruturação da distribuição do efetivo; enxugamento de 497 cargos na estrutura administrativa e operacional; previsão de contratação de 150 civis para a área administrativa e liberação de bombeiros militares para a atividade-fim (em negociação). Quanto à realização de **concursos**, o comandante-geral do CBMMG

citou quatro: um deles já em andamento, com ingresso previsto para maio de 2020 (500 soldados); e os três outros solicitados em 2019, dois em abril (para 10 oficiais de saúde e curso de formação de 21 oficiais) e um em agosto (para 500 soldados).

No tocante às **condições de trabalho**, o Cel. BM Edgard Estevo da Silva afirmou que, segundo dados do serviço de inteligência da corporação, não houve registros de queixas ou insatisfação no segundo quadrimestre de 2019, assim como ocorreu no primeiro. Quanto à **carga horária**, afirmou haver cumprimento do Decreto nº 46.346, de 2013, que estabelece 40 horas semanais, sendo a jornada operacional realizada no turno 24 por 72 horas e, a administrativa, em expediente de segunda a sexta-feira, tudo isso respeitando inclusive o treinamento físico. Já escalas e regimes de plantões específicos (conforme exige o ofício) ocorrem no Centro de Operações de Bombeiros – Cobom –, nas companhias de prevenção, no Centro de Atividades Técnicas – CAT – e em operações de resposta a desastres e, ocorrendo extrapolação da carga horária prevista em lei, é realizada a compensação das horas excedidas.

Outro ponto abordado nesse quesito foi o **pagamento de vantagens**. O comandante-geral do CBMMG mostrou os valores pagos em cada mês deste ano pelas **férias-prêmio**, totalizando R\$6.035.209,86, não havendo pendências. Quanto a **ajudas de custo e diárias**, apresentou os valores já pagos em 2019 (R\$1.661.853,70) e os a serem pagos (R\$600.070,61), com previsão de quitação de todos esses valores até o final do ano.

Informações sobre **cursos e treinamentos** foram, também, objeto da fala do Cel. BM Edgard Estevo da Silva: dos internos, foram 37 turmas no segundo quadrimestre de 2019 (incluindo diversas modalidades, de formação a capacitação e qualificação) e 1.185 bombeiros; além de sete eventos externos, em outros estados e países, com a participação de 33 militares no total.

Compromissos do comandante-geral do CBMMG

Contratar 150 civis para a área administrativa, liberando os bombeiros militares para a atividade-fim (em negociação).

Garantir o ingresso de 500 soldados até maio de 2020 (concurso público em andamento) e a realização dos três concursos já solicitados em 2019 (para 10 oficiais de saúde, curso de formação de 21 oficiais e curso de formação de 500 soldados).

Quitar os valores pendentes relacionados a ajudas de custo e diárias (R\$600.070,61) até o final do ano.

b) Logística

O comandante-geral do CBMMG apresentou dados relativos a **viaturas adquiridas e recebidas** neste semestre, com recursos oriundos da Vale S.A. e de emendas parlamentares, num total R\$1.685.600,00 e **ainda a receber**, com recursos da Vale S.A. e da fonte 95, num total de R\$6.921.792,20. Além disso, expôs dados deste ano sobre: **materiais de consumo** distribuídos para as unidades com recursos das taxas de segurança pública e de incêndio, num total de R\$744.180,96; **materiais adquiridos para instrução**, com recursos da taxa de incêndio, num total de R\$74.534,00; **equipamentos** distribuídos para as unidades, com recursos da taxa de incêndio (empenho de 2018), da Senasp (emenda parlamentar federal) e de convênio com a Infraero, num total de quase R\$5.000.000,00; equipamentos e acessórios doados pela Vale S.A. e Bosch, num total de R\$8.868.881,27 (dos quais R\$2.612.753,80 já entregues); **kit conforto** (eletrodomésticos e móveis para melhorias dos locais de trabalho) e **aparelhos para ginástica**, adquiridos com recursos advindos de emendas parlamentares estaduais em execução, num total de R\$194.500,00; **materiais e equipamentos** adquiridos com **recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais/fonte 95**, num total de R\$4.816.702,31 (porém, a maioria ainda pendente de entrega pelo fornecedor, pois são produtos importados); novos equipamentos ainda a serem recebidos, com recursos da taxa de incêndio (empenho de 2018, aguardando entrega pelo fornecedor) e de emenda parlamentar federal (aguardando liberação). Em relação a itens de tecnologia e sistemas, falou sobre a aquisição/instalação de: 39 repetidoras digitais, com R\$2.210.414,87 da fonte 95 (ressarcimento), para a fase final da substituição do sistema analógico

pelo digital nas unidades do interior; 254 rádios portáteis, com R\$1.587.500,00 da Vale S.A., para suprir 39 unidades operacionais; 13 *tablets*, com R\$28.800,00 da fonte 24 (convênio Infraero), a serem utilizados em vistorias de edificações; cabeamento estruturado, com R\$135.660,00 da fonte 24 (empenho 2018, convênio Infraero), para a infraestrutura de tecnologia do Complexo Pampulha (Academia de Bombeiros Militar – ABM – e Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres – Bemad); *link* de dados, com R\$70.000,00 da fonte 53 (taxa de incêndio), para aumento de velocidade de internet de todas as unidades; e licenças de *softwares*, manutenção de sistema e *plotter*, com cerca de R\$285.000,00 da fonte 24 (convênio Infraero).

c) Reformas e ampliações de frações do CBMMG

O Cel. BM Edgard Estevo da Silva mostrou dados e imagens sobre: reformas e adequações no **Complexo Pampulha** (ABM e Bemad), por meio de convênio com a Infraero, num total de R\$603.868,68; projetos executivos (ainda a serem entregues), construção de duas pistas de treinamento e duas edificações no **ABM Campus II**, com R\$5.000.000,00 de convênio com a Vale S.A.; reforma e ampliação do **pelotão de Venda Nova**, no valor total de R\$1.224.083,51; obras de reforma no **pelotão do Centro**, previstas para serem executadas nos próximos 12 meses, no valor estimado de R\$1.700.000,00, a ser investido em 2020.

Compromisso do comandante-geral do CBMMG

Reforma do pelotão do Centro, com obras previstas para serem executadas nos próximos 12 meses, no valor estimado de R\$1.700.000,00 a ser investido em 2020.

COMPROMISSO

d) Gestão de pessoas – saúde do bombeiro militar

Dois temas principais foram abordados pelo comandante-geral do CBMMG, nesse quesito: o **cuidado preventivo e as ações efetivas no tratamento de saúde dos militares empenhados na Operação Brumadinho**, e o **autoextermínio**.

Em relação ao primeiro, mencionou as ações realizadas na rotina da operação: informar sobre os efeitos da exposição aos materiais do rejeito; oferecer profilaxia/antibiótico, rotinas de descontaminação e acompanhamento aos militares; assistência médica, psicológica e fisioterápica *in loco*; médicos especialistas (toxicologistas) em tempo integral para monitorar a saúde dos bombeiros; capacitação em toxicologia para oficiais médicos do CBMMG; e exibiu breve vídeo sobre essas ações. Enfatizou o resultado do parecer preliminar do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde acerca da possível contaminação desses militares: “Os teores de metais encontrados nos rejeitos de minério vazados na barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho [...] não constituem perigo ou ameaça à saúde dos trabalhadores que manipulam esses rejeitos. [...] Os efeitos adversos à saúde humana, relacionados a esses metais, ocorrem por exposição repetida e não aguda” (Fundacentro, 2019).

Em relação ao autoextermínio, apresentou tabela com informações sobre o número de suicídios de bombeiros militares ocorridos entre 1999 e 2019, totalizando 15, ou seja, média de menos de um por ano. Falou, também, sobre a política de prevenção adotada pela corporação, a qual reputa como muito importante em todas as áreas da segurança pública e mencionou iniciativas deste ano: palestra sobre a prevenção do suicídio na segurança pública, ministrada pelo Maj. Edir Paixão, do CBM do Ceará, referência nacional no tema, em outubro; e capacitação de bombeiros e policiais militares para intervir em situações de suspeição de suicídio; além da rotina de exames e assessoramento profissional relacionados à saúde ocupacional.

4.2) EXPOSIÇÃO

Após a exposição inicial do comandante-geral do CBMMG, tratando dos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza relativo ao 2º quadrimestre de 2019, as deputadas e deputados presentes fizeram, um a um, suas ponderações, as quais se encontram relatadas a seguir.

a) Gestão de pessoas – déficit de efetivo

Os parlamentares manifestaram sua preocupação em relação à carência de recursos humanos na corporação, à semelhança do que ocorre com a PMMG, a PCMG e os sistemas prisional e socioeducativo, e disseram-se apreensivos quanto à sobrecarga de trabalho e ao adoecimento decorrente dela, bem como a um possível colapso de todo o sistema de segurança pública no Estado. Solicitaram, em face desse quadro, a realização de concursos, tanto para compensar a evasão anual dos bombeiros militares quanto para cumprir o previsto na “Lei do Efetivo”, e aprovaram as ações adotadas no sentido de se realocar o efetivo nas atividades-fim da corporação.

Além disso, com a necessidade das escalas específicas para as atividades de resgate em Brumadinho, deduz-se que algumas frações e localidades ficaram e permanecem com efetivo ainda mais reduzido, algo que poderia ser mais bem administrado caso não houvesse déficit. O comandante-geral do CBMMG assegurou estarem fazendo mais entregas mesmo com menos servidores, inclusive devido ao aumento de 45% nos focos de incêndio em vegetação na comparação com 2018 e à participação, além da Operação Brumadinho, em missões na Amazônia e em Moçambique. Além disso, asseverou que o pleito de recomposição do efetivo está em negociação com o chefe do Executivo, com a participação da Seplag e da Sejusp, sendo tratado de forma bastante adequada.

Compromisso do comandante-geral do CBMMG

Manter negociações com a Seplag a fim de recompor o efetivo da corporação e de realizar concursos públicos a fim de reduzir o déficit.

COMPROMISSO

RQN nº 3.523/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à Câmara de Orçamento e Finanças para que sejam envidados esforços a fim de recompor o efetivo da corporação, em face do atual déficit, de quase 30%, e tendo em vista o previsto na Lei nº 22.415, de 2016, que fixa os efetivos da Polícia Militar de Minas Gerais e do CBMMG.

REQUERIMENTO

b) Ações e contaminação dos bombeiros militares na operação Brumadinho

Outro ponto destacado pelos parlamentares foi quanto à saúde dos bombeiros militares em atuação em Brumadinho, em face de sua permanência, durante tantos meses, em meio à lama tóxica que vazou no rompimento da barragem B1, da Mina Córrego do Feijão. O Cel. BM Edgard Estevo da Silva assegurou que o protocolo utilizado, desde o início, é o correto, no entanto ressaltando que há poucos estudos sobre o tema e sobre esse tipo de exposição. Informou também que poucos dos bombeiros que atuaram nos primeiros dias manifestaram, em exames, absorção de alguns tipos de metais (principalmente alumínio e cobre), porém não se trata de contaminação conforme parâmetros da Agência Nacional de Saúde, e em nenhum outro caso a exposição a que estão submetidos é suficiente para que haja contaminação – para tal, é necessário haver exposição aguda ou crônica, o que não aconteceu.

O comandante-geral informou, também, que: esses militares cujos exames atestaram absorção foram imediatamente afastados de Brumadinho e, após isso, os níveis diminuíram; todos trabalham em ciclos de três períodos de sete dias, vinte e um dias no total, após os quais são retirados das atividades em Brumadinho, sempre monitorados, por meio de exames de sangue, antes e depois desse período. Disse que essa operação é exemplar, inclusive no exterior (isso sendo confirmado por missões estrangeiras que aqui estiveram e por parlamentares, inclusive), e é a mais longa que se tem notícia no mundo (quase nove meses, até agora, e ainda com total efetividade). Esclareceu terem sido vasculhados menos de 14% do rejeito derramado, com cinco diferentes estratégias, desde buscas aéreas e superficiais na fase inicial, até as atuais escavações de até 3 metros de profundidade em locais específicos onde é provável a localização dos corpos ainda não encontrados (7% do total das vítimas), passando pelo uso de cones de odor de até 6

metros e de cães farejadores (responsáveis por cerca de 80% dos materiais encontrados). Alguns parlamentares comentaram sobre denúncias recebidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da Barragem de Brumadinho desta Casa sobre trabalhadores da Vale S.A. estarem sendo usados para auxiliar nas buscas junto aos bombeiros.

RQN nº 3.558/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – para que seja garantido o acompanhamento de todos os bombeiros militares envolvidos nas atividades de resgate de vítimas fatais e sobreviventes em decorrência do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, de modo a caucionar sua segurança física, biológica e psíquica, inclusive após a aposentadoria.

REQUERIMENTO

c) Ressarcimento, pela Vale S.A., pela operação Brumadinho

Ainda sobre Brumadinho, os parlamentares questionaram o ressarcimento, por parte da Vale S.A., de todos os recursos empenhados nessa operação, lembrando que a empresa, proprietária da barragem rompida, deve muito à corporação bem como aos atingidos, à sociedade mineira e ao Estado como um todo. O Cel. BM Edgard Estevo da Silva esclareceu que o Poder Executivo, por meio da Seplag, está a cargo dos cálculos exatos de tudo a ser ressarcido, após levantamento feito pela corporação, e as negociações têm sido realizados no âmbito do Judiciário, com a participação da Advocacia-Geral do Estado – AGE –, contemplando, além disso, os atingidos, não apenas com ressarcimento, mas também reparação e compensação.

Além disso, o CBMMG já recebeu algumas viaturas, equipamentos e materiais em função de termo de doação assinado com a empresa, como apresentado em sua exposição, e ainda há mais a receber, totalizando 20 milhões de reais, com especificação do gasto conforme definido pela corporação. Nesse sentido, alguns parlamentares comentaram que o termo “doação”, apesar de juridicamente apropriado, não se mostra adequado, pois é obrigação da Vale S.A. arcar com essas despesas reparatórias.

RQN nº 3.544/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de informações ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – sobre os recursos gastos, pelo órgão, nas atividades de resgate de vítimas fatais e sobreviventes em decorrência do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, até agora passíveis de dimensionamento, bem como o que já foi ressarcido, até o momento, pela empresa Vale, proprietária da referida Mina.

d) Ampliação do número de frações do CBMMG

Os parlamentares cobraram a ampliação do número de frações do CBMMG, em especial no Nordeste do Estado, alguns mencionando as emendas parlamentares e populares às leis de planejamento e orçamento do Estado executadas e ainda pendentes de execução com essa finalidade, além da relevância de se fortalecerem as parcerias locais, a fim de concretizar essa expansão da corporação.

O comandante-geral esclareceu que, atualmente, estão presentes em 73 cidades, tendo sido o período de 2015 a 2018 o de maior crescimento da corporação em quantidade de municípios (24%). E disse haver previsão de investimentos para o incremento desse número: segundo o atual plano de expansão, até 2021 haverá mais 13 frações dos bombeiros militares em Minas Gerais. Isso, explicou ele, requer um grande exercício de reengenharia interna da corporação, pois cada fração demanda pelo menos 18 militares e três viaturas de tipos diferentes. Elucidou, ainda, que esse processo de instalação de uma fração ocorre a partir da assinatura de um protocolo de intenções e, depois, de um convênio, em geral com as municipalidades, para a disponibilização de estrutura predial e seus insumos básicos e, daí, a implantação da fração com efetivo, veículos e equipamentos do CBMMG específicos para o desempenho de suas atividades.

Já até 2026, disse o comandante-geral, a objetivo é estarem presentes em 126 municípios, escolhidos a partir de diversos critérios (população, verticalização, cursos de água, dentre outros), segundo o plano de comando do CBMMG, o qual se comprometeu a entregar a todos os parlamentares desta Casa.

Compromissos do comandante-geral do CBMMG

Implantar mais 13 frações dos bombeiros militares em Minas Gerais até 2021, segundo o plano de expansão.

Entregar o plano de comando do CBMMG a todos os parlamentares da ALMG.

COMPROMISSOS

RQN nº 3.557/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – para que sejam implantados batalhões do CBMMG nas regiões de planejamento localizadas no Nordeste do Estado, inclusive mediante a plena execução das emendas parlamentares ao Plano Plurianual de Ação Governamental e à Lei Orçamentária Anual, em seu processo de revisão por esta Casa, e por meio de parcerias com administrações municipais.

REQUERIMENTO

e) Outros temas

Outros temas foram abordados pelos parlamentares, de forma mais pontual. A assistência prestada pelos bombeiros militares a **casos de automutilação e autoextermínio na sociedade** foi um deles, e o Cel. BM Edgard Estevo da Silva se disponibilizou a encaminhar dados sobre o tema, se necessário, informando sobre o atendimento prestado pelo CBMMG: não apenas as ocorrências, mas também de assistência às famílias.

RQN nº 3.555/2019 (Comissão de Segurança Pública)

Pedido de providências ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais – CBMMG – para a implementação de políticas de prevenção de transtornos emocionais e de autoextermínio dos bombeiros militares e familiares e de atendimento dos referidos transtornos, tendo em vista o aumento da ocorrência desses problemas entre os profissionais da área de segurança pública.

REQUERIMENTO

Quanto à **emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB** –, o comandante-geral falou sobre o **Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico – Infoscip** –, permitindo muito mais agilidade na avaliação inicial dos projetos de prevenção e combate a incêndios, diminuindo o tempo gasto de 100 para 10 a 12 dias.

Outro ponto levantado foram as mudanças introduzidas pela **Lei nº 23.375, de agosto de 2019**, a qual, ao promover alteração no § 3º do art. 113 da Lei nº 6.763, de 1975, vinculou a taxa de

incêndio ao CBMMG. Segundo o comandante-geral, isso será fundamental e significa uma nova realidade em relação a investimentos, pois há um legado de carências de muitos anos e os recursos daí advindos deverão, primeiramente, ser utilizados para a renovação da frota e, depois, para novas aquisições e ampliações.